FAPERS

Relatório Anual de Informações 2017

FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA
DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL

Índice

Apresentação 4
Mensagem da Diretoria 7
Gestão Estratégica 8
> Nova Diretoria 9
> Comissão Permanente 11
> Palestra Encontro Anual da ASAPAS 12
> Conselho aprova alterações regulamentares Plano Geral Saldado e Plano de Benefícios II - Plano Misto 13
> Finalização do Processo de Migração do Plano de Benefícios II - Misto para o Plano de Benefícios Prever 13
> Qualificação de Gestores e Empregados 14
> Comissões Técnicas Regionais da ABRAPP 14
> Governança: Habilitação e Certificação 15
> FAPERS na Diretoria da Tchê Previdência 16
> Alteração do Regimento do Comitê de Investimentos 16
> Implementação do Comitê de Controles Internos / Matriz de Risco 17
> Planejamento Estratégico 17
> Melhorias de Infraestrutura 20
> Estrutura Anual de Gastos Administrativos da Fundação 21
> Ações Judiciais 22
Gestão Previdenciária 23
> A importância da Previdência 24
> Estatísticas dos planos 25
> Evolução do Passivo 32
Gestão dos Investimentos 37
> Variação dos Investimentos e do Patrimônio Social 39
> Evolução dos Investimentos 40
> Rentabilidades 43
> Resumo da Política de Investimentos 2018 50
Gestão Contábil 54
> Balanço Patrimonial 56
> Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) 57
> Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício (DMAL) 58
> Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefício (DAL) 61

> Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios (DPT) 64
> Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) Consolidada 68
> Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 70
Pareceres Atuariais 108
Relatório dos Auditores Independentes 121
Parecer do Conselho Fiscal 126
Manifestação do Conselho Deliberativo 127

FAPERS

Expediente:
Patrocinador: Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – ASCAR
Elaboração: Diretoria Executiva, Gestão 2017-2020, e empregados da Fundação
Aprovado pelo Conselho Deliberativo em 27 de março de 2018, na Ata nº 314
Divulgação eletrônica no portal: www.FAPERS.org.br.

Apresentação

A Diretoria Executiva, gestão 2017-2020, apresenta o Relatório Anual de Informações – RAI, o qual traz um resumo das principais ações realizadas em 2017, dentre elas, as informações sobre rentabilidade da carteira de investimentos, perfil dos participantes, fluxo previdenciário e situação atuarial dos planos de benefícios administrados pela Fundação.

A Diretoria Executiva agradece a confiança de seus Participantes, Assistidos e Pensionistas; o apoio do Patrocinador ASCAR; o compromisso dos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal; o esforço dos membros das Comissões e Comitê de Investimentos; a responsabilidade da equipe de empregados e às assessorias, que durante 2017, trabalharam pela sustentabilidade da Fundação!

Boa Leitura

FAPERS

Mensagem da diretoria

Em 2017, a Fundação completou 36 anos de atividades proporcionando, desde 1986, a nobre missão de pagar benefícios a todos que completam suas carências. Nossa Diretoria sente-se honrada por estar a frente de uma entidade que pensa na qualidade de vida presente e futura de nossos participantes. Nestas três décadas já pagamos benefícios a mais de 800 famílias e temos a certeza de que muitas outras também serão beneficiadas.

Com o objetivo de proporcionar que a Entidade se antecipe às ameaças e faça um bom diagnóstico de oportunidades e melhorias, a Diretoria Executiva da FAPERS elaborou e aprovou o Planejamento Estratégico Gestão 2017-2020. Foram definidas diretrizes para 4 perspectivas que representam a sustentação de nossa entidade, são elas: Econômica e financeira, Patrocinadors/ Instituidores e Participantes, Processos Internos e Crescimento e Aprendizado.

No cenário econômico tivemos um ano conturbado, impondo a FAPERS desafios na busca do atingimento das metas de rentabilidade de acordo com as características dos Planos de Benefícios. Definido no Planejamento Estratégico, colocamos em prática o Plano de Gestão de Investimentos com diversificação estratégica da carteira de Investimentos da Fundação.

Foi analisada a possibilidade de ampliar investimentos no mercado de ações, traçando cenários que consideraram a volatilidade da bolsa, em fundos multimercado, fundos de recebíveis, fundos com risco privado e aplicações no exterior. Para este último, apostar apenas em papeis com *hedge* cambial, garantindo uma margem de segurança em caso de algum problema no mercado.

No decorrer de 2017 a FAPERS manteve-se alinhada ao seu planejamento, executando projetos que proporcionam maior qualidade a seus processos e, consequentemente, maior qualificação da gestão. O processo de comunicação com os participantes ativos, assistidos e com as Patrocinadors é uma das prioridades.

O diálogo com as entidades vinculadas ao Patrocinador e participantes foi estabelecido através de reuniões da Comissão Permanente. No encontro anual da ASAPAS, os participantes conheceram um pouco mais sobre os avanços conquistados pela entidade e os novos desafios previstos no Planejamento Estratégico.

A Gestão estratégica e operacional da entidade foi outro ponto de atuação, através de investimentos na qualificação de Conselhos, Diretoria e Colaboradores e na infraestrutura.

Nas avaliações atuariais realizadas em dezembro de 2017, os planos de benefícios PBD-I e Plano de Benefícios II – Plano Misto apresentaram *superávit*. O Plano Geral Saldado vem apresentando resultados positivos desde 2015, diminuindo progressivamente o resultado deficitário. O Plano Prever apresentou rentabilidade de 11,40%, ultrapassando a meta, que era de 7,49%.

Encerramos o ano de 2017 aprovando um Projeto de Comunicação pelo qual pretendemos, através de várias ações, ampliar e facilitar a todos participantes o entendimento de nossos planos e de nossa Entidade. O Relatório Anual 2017 já faz parte deste projeto!

Boa leitura.

Diretoria Executiva

Gestão Estratégica

1.2 GOVERNANÇA

A Fundação adota o modelo de gestão e fiscalização compartilhados, contemplando em seus órgãos colegiados, Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, representantes dos patrocinadores e dos participantes. A gestão da FAPERS, também, conta em caráter consultivo, com o Comitê de Investimentos, Comitê de Controles Internos, Comissão Permanente, Comissão de Ética e Comissões especiais designadas pelo Conselho Deliberativo.

1.2.1 CONSELHO DELIBERATIVO

Órgão máximo na estrutura organizacional, é responsável pela definição da política geral de administração e dos planos de benefícios da FAPERS. É composto por 16 membros, sendo 8 membros titulares e seus respectivos suplentes eleitos ou indicados pelo Patrocinador ASCAR.

Titulares

Dirlei Matos de Souza
Claudinei Moisés Baldissera
Gianfranco Luis Bratta
Ricardo Capelli
Derli Paulo Bonine
José Claudio Secchi Motta
Doriana Gozzi Miotto
Adão Bertier Rodrigues

Suplentes

Jaime Eduardo Ries
Felipe Pereira Dias
Alencar José Feron
Gilceu Antonio Cippolat
Antonio Conte
Pedro Urubatan Neto da Costa
Clairto Dal Forno
Marli Theresinha Bühler

1.2.2 CONSELHO FISCAL

Exerce funções de relevância para o controle interno, fiscalização e monitoramento dos resultados. É composto por 06 membros, sendo 3 membros titulares e seus respectivos suplentes eleitos ou indicados pelo Patrocinador ASCAR.

Titulares

Mário Luiz Landerdahl
Diego Barden dos Santos
Almir Laureano Fernandes

Suplentes

Aldacir Pretto
Gladimir Ramos de Souza
Cleci Santos Girardi

1.2.3 DIRETORIA EXECUTIVA

É o órgão responsável pela administração e gestão da Fundação, cabendo-lhe executar as diretrizes e a política de administração estabelecidas pelo Conselho Deliberativo. É composta por três membros, sendo dois indicados pelo Patrocinador ASCAR (Diretor Superintendente e Diretor Financeiro) e um eleito pelos participantes ativos e assistidos (Diretor de Seguridade).

Em 2017, foi empossada pelo Conselho Deliberativo a Diretoria Executiva para a gestão 2017-2020.

Cezar Henrique Ferreira

Cargo: Diretor Superintendente

Formado em Engenheira Agronômica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, pós graduado em Irrigação e Drenagem.

Álvaro Roque Kern Junqueira

Cargo: Diretor de Seguridade

Formado em Engenharia Agronômica pela Universidade Federal de Pelotas, pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas.

José Pedro Osório Mendina

Cargo: Diretor Financeiro

Formado em Ciências Econômicas pelas Faculdades Unidas de Bagé, possui formação em Gestão de Processos e Desenvolvimento Gerencial.

Ir para Índice

Fatos Relevantes da Gestão 2017

REUNIÕES DA COMISSÃO PERMANENTE

Criada em 2012, a Comissão Permanente tem como principal objetivo estimular o diálogo interinstitucional das entidades que acompanham e desejam sugerir melhorias para o bom desempenho da Fundação. Em 2017 foram realizadas duas reuniões onde foram aprovadas as alterações do Regulamento da Comissão e discutidas sugestões para o Planejamento Estratégico 2017 - 2020 da FAPERS.

Importante canal de participação, a comissão é coordenada pelo Diretor de Seguridade e conta com a participação da Diretoria Executiva da FAPERS, e representantes das seguintes entidades: AGC – Associação Gaúcha dos Classificadores, AESR – Associação das Extensionistas Sociais Rurais do RS, ASAE – Associação dos Servidores da ASCAR-EMATER/RS, ASAPAS – Associação dos Aposentados da Ascar, SEMAPI - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul, SENGE/RS – Sindicato dos Engenheiros do RS, SIMVET/RS – Sindicato dos Médicos Veterinários no Estado do Rio Grande do Sul e SINTARGS – Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul.

PALESTRA NO ENCONTRO ANUAL DA ASAPAS

A diretoria da FAPERS participou do Encontro Anual da ASAPAS ocorrido na cidade de Machadinho/RS de 20 a 24 de novembro. Na oportunidade o Diretor Superintendente Cezar Henrique Ferreira e o Diretor de Seguridade, Álvaro Roque Kern Junqueira, realizaram palestra sobre a situação atual da Fundação, os principais avanços conquistados nos últimos anos, os desafios existentes e o Planejamento Estratégico da gestão 2017-2020.

CONSELHO APROVA ALTERAÇÕES REGULAMENTARES NOS PLANOS GERAL SALDADO E PLANO DE BENEFÍCIOS II – PLANO MISTO

Com o objetivo de melhorar os benefícios oferecidos pelos planos e diminuir riscos, em março de 2017, O Conselho Deliberativo da FAPERS aprovou propostas de alterações do Regulamento do Plano Geral Saldado e Plano de Benefícios II – Plano Misto.

Em junho, o Conselho Deliberativo da FAPERS, atendendo as solicitações encaminhadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, aprovou ajustes na Proposta de Alteração Regulamentar.

Para conhecer o novo Regulamento dos Planos acesse www.FAPERS.com.br

FINALIZAÇÃO DO PROCESSO DE MIGRAÇÃO DO PLANO DE BENEFÍCIOS II – PLANO MISTO PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS PREVER.

O Conselho Deliberativo, por unanimidade, ratificou o cumprimento do inteiro teor do "Termo Geral de Migração de Planos de Benefícios e Transferência de Ativos", desta forma finalizando o processo de migração do Plano de Benefícios II – Plano Misto para o Plano de Benefícios Prever.

QUALIFICAÇÃO DE GESTORES E EMPREGADOS

Em 2017 os Conselhos Deliberativo e Fiscal deram continuidade ao ciclo de capacitação. Composto por palestras de uma hora de duração que antecedem às reuniões, pautando em cada reunião, a análise de um tema focado na gestão das Entidades Fechadas de Previdencia Complementar.

Além da capacitação interna, os membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos, bem como, os empregados da Fundação participaram de cursos e treinamentos promovidos pela Associação Gaúcha das Entidades de Previdência Complementar Fechada do Rio Grande do Sul–Tchê Previdência, PREVIC e Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP.

FAPERS presente no 38º Congresso Brasileiro da Previdência Complementar

COMISSÕES TÉCNICAS REGIONAIS DA ABRAPP

O desenvolvimento dos profissionais ligados ao Sistema Fechado de Previdência Complementar, também, é possível participando de reuniões das Comissões Técnicas Regionais organizadas pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar- ABRAPP. Em 2017, a Fundação esteve representada nas Comissões Técnicas Regionais Sul de: Seguridade, Investimentos, Contabilidade, Comunicação e Marketing e Informática.

GOVERNANÇA: HABILITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

O processo de certificação, habilitação e qualificação no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar está disposto na Instrução PREVIC nº 6, de 29 de maio de 2017. Neste ano obtiveram a certificação:

1) Álvaro Roque Kern Junqueira, mandato 2017-2020, maio/2017, Diretor de Seguridade (AETQ e ARPB), pela ANBIMA- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – CPA – 20.

2) José Pedro Osório Mendina, mandato 2017-2020, out/2017, Diretor Financeiro, ANBIMA- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – CPA – 20.

3) Clairto Dal Forno, membro suplente eleito do Conselho Deliberativo, mandato 2016-2019, out/2017, ANBIMA- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – CPA – 20.

4) Marli Teresinha Bühler, membro suplente do Conselho Deliberativo, eleita pelos assistidos, mandato 2016-2019, junho/2017, ANBIMA- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – CPA – 20.

5) Adão Bertier Rodrigues, membro titular eleito pelos assistidos do Conselho Deliberativo, mandato 2016-2019, junho/2017, ANBIMA- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – CPA – 20.

6) José Claudio Secchi Motta, agosto/2017, membro titular eleito do Conselho Deliberativo, mandato 2017-2020, agosto/2017, ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – CPA – 20.

7) Almir Laureano Fernandes, membro titular indicado do Conselho Fiscal, mandato 2016-2019, agosto/2017, ANBIMA- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – CPA – 20.

FAPERS NA DIRETORIA DA TCHÊ PREVIDÊNCIA

Em 2017, o Diretor Superintendente da FAPERS, Cezar Henrique Ferreira, passou a integrar a Diretoria da TCHÊ Previdência, também composta pelos seguintes diretores:

Diretor Presidente: Edison Danilo Massulo Lisbôa - Diretor Superintendente da INDUSPREVI

Diretor: Luis Alexandre Ribeiro Cure - Diretor Administrativo e Seguridade da INDUSPREVI e Diretor Suplente da Regional Sul da ABRAPP

A TCHÊ Previdência-Associação Rio-Grandense de Entidades Fechadas de Previdência Complementar foi criada, em 2012, e tem como objetivo estimular o segmento de previdência complementar no RS, congregando as entidades fechadas com a sociedade, despertando o interesse pela formação de poupança de longo prazo, por meio da educação financeira e previdenciária; contribuindo para o fortalecimento da governança e para a evolução do nível de qualidade de vida das pessoas.

ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE INVESTIMENTO

No mês de março a FAPERS alterou o Regimento da Comissão Mista de Investimentos que passou a chamar-se de Comitê de Investimentos. Foram alterados os artigos que tratam da composição de seus membros e dos critérios de quórum mínimo entre outras correções com relação a estrutura textual.

Composição do Comitê de Investimentos
Membros natos: Diretoria Executiva e empregados do Núcleo de Investimentos;
Um representante titular e um suplente indicado pelo Patrocinador/Instituidor;
Um representante titular e um suplente, indicado pelo Conselho Deliberativo;
Um Consultor de Investimentos.

IMPLEMENTAÇÃO DO COMITÊ DE CONTROLES INTERNOS/ MATRIZ DE RISCO

Para alcançar bons níveis de governança, as empresas não podem prescindir de desenvolverem e aprimorar constantemente técnicas de gestão de riscos e controles internos. Com a previdência complementar não é diferente. A Fundação que tem a missão administrar planos previdenciários, utiliza como instrumento de controle a Matriz de Risco e está direcionada para a solução das carências de controles operacionais da entidade, sem que com isso, prejudique o foco na eficiência, eficácia, estabilidade do ambiente de negócio e das metas estratégicas da gestão da Fundação, cujo principal objetivo é minimizar os riscos, buscando garantir condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez aos seus participantes e patrocinadores.

Alinhada a esta premissa a FAPERS, implementou o Comitê de Controles Internos e a Matriz de Riscos. Em abril de 2017 o Comitê aprovou seu regimento interno e elaborou calendário de Reuniões que permitirá analisar de forma sistêmica os Registros de Ocorrências e a Matriz de Risco da Entidade.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com o objetivo de proporcionar que a Entidade se antecipe às ameaças e faça um bom diagnóstico de oportunidades e de melhorias, a FAPERS elaborou e aprovou o Planejamento Estratégico Gestão 2017-2020.

A diferença no desempenho das Entidades Fechadas de Previdência Complementar passa pela adoção de estratégias adequadas, antecipando-se às mudanças, de forma a aumentar a segurança e a previsibilidade do futuro de nossa organização.

Após ser aprovado, o Planejamento foi amplamente divulgado internamente e apresentado em reunião dos gestores da EMATER/RS-ASCAR.

www.fapers.org.br | 0800 643 7444
// Relatório Anual de Informações - FAPERS 2017
Ir para Índice

FAPERS

Mapa Estratégico FAPERS - Gestão 2017 - 2020

Missão

Administrar planos de previdência complementar, agregando valor à política de gestão de pessoas dos patrocinadores, contribuindo para a segurança e a qualidade de vida dos participantes.

Visão

Ser a melhor solução na gestão de planos e benefícios para os patrocinadores e participantes e ampliar a participação do mercado.

Valores

1. Atendimento aos requisitos legais.
2. Foco nos interesses e necessidades dos patrocinadores e participantes.
3. Transparência na gestão.
4. Comprometimento com as diretrizes da Fundação.
5. Segurança nos investimentos, atitudes e decisões.
6. Espírito empreendedor.
7. Comportamento ético.
8. Gestão participativa.

Diretrizes Estratégicas

Perspectivas		
Econômico Financeira	Garantir a rentabilidade sobre a meta de acordo com as caracteristicas dos Planos de Benefícios	Otimizar os recursos administrativos
Patrocinadores, Instituidores e Participantes	Conquistar e fidelizar participantes	Qualificar a gestão de fornecedores e tecnologia Fortalecer a imagem da FAPERS
Processos Internos	Estruturar a gestão estratégica e qualificar a gestão por processos e responsabilidades	Estreitar o relacionamento com patrocinadores e instituidores
Crescimento e Aprendizagem	Desenvolver os empregados com base nas necessidades identificadas	Desenvolver dirigentes, conselheiros e participantes

MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA

Em paralelo ao estudo, elaboração e implantação do Planejamento Estratégico, a Diretoria encaminhou as seguintes melhorias na infra estrutura:

1. Avaliação e alteração contratual dos planos de telefonia móvel e fixa.

2. Avaliação do serviço de internet e contratação de conexão com tecnologia fibra óptica com capacidade e qualidade compatível com as necessidades da FAPERS e contratação de conexão de redundância de internet, de forma a garantir a continuidade dos trabalhos minimizando eventuais transtornos e riscos para a Entidade.

3. Avaliação do contrato de locação de impressoras e substituição por serviço de impressão através da disponibilização de três impressoras, com melhoria na qualidade dos serviços atendendo as necessidades e possibilidades da Fundação.

4. Substituição de quatro estações de trabalho locadas, pela aquisição de cinco *notebooks*, cancelamento do contrato de locação do servidor e aquisição de um servidor de *firewall* e de rede.

5. Regularização de licenciamento do pacote *office* e de antivírus para todas as estações.

6. Em atendimento ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, conforme estabelece a NR-09, a Fundação procedeu a adequação quanto a ergonometria laboral, adquirindo cadeiras compatíveis para todos os trabalhadores.

ESTRUTURA ANUAL DE GASTOS ADMINISTRATIVOS DA FUNDAÇÃO

Os custos administrativos da Fundação são divididos entre: Gestão Previdencial e Gestão de Investimentos, conforme estabelecido na Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009. O Art. 35 do Estatuto da Fundação estabelece que o Orçamento Anual para o exercício seguinte, deve ser apresentado pela Diretoria Executiva ao Conselho Deliberativo, no mês de dezembro de cada ano civil. Ainda segundo o referido artigo, no mês de agosto de cada ano, o Conselho Deliberativo examinará o desempenho da Fundação no primeiro semestre do mesmo ano e autorizará eventuais alterações no Orçamento para o restante do exercício. Os custos administrativos da Fundação aumentaram 5,11% em 2017 comparado ao ano de 2016.

Valores em R$

DESCRIÇÃO	GESTÃO PREVIDENCIAL 2016	GESTÃO PREVIDENCIAL 2017	Δ %	GESTÃO INVESTIMENTOS 2016	GESTÃO INVESTIMENTOS 2017	Δ %	TOTAL 2016	TOTAL 2017	Δ %
DESPESAS COMUNS	1.591.151,28	1.708.379,66	7,37%	1.010.459,52	1.096.053,18	8,47%	2.601.610,80	2.804.432,84	7,80%
PESSOAL E ENCARGOS	942.709,48	1.057.814,77	12,21%	628.472,94	705.209,80	12,21%	1.571.182,42	1.763.024,57	12,21%
TREINAMENTOS, CONGRESSOS, SEM. E CERTIF.	9.655,55	20.345,95	110,72%	6.437,03	13.563,97	110,72%	16.092,58	33.909,92	110,72%
VIAGENS E ESTADIAS	28.397,57	34.938,98	23,04%	18.931,70	23.292,68	23,04%	47.329,27	58.231,66	23,04%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	439.792,88	416.360,48	-5,33%	242.887,32	234.707,10	-3,37%	682.680,20	651.067,58	-4,63%
DESPESAS GERAIS	167.426,77	173.671,71	3,73%	111.617,84	115.781,14	3,73%	279.044,61	289.452,85	3,73%
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	3.169,03	5.247,77	65,60%	2.112,69	3.498,49	65,59%	5.281,72	8.746,26	65,59%
DESPESAS ESPECÍFICAS	61.018,85	22.189,68	-63,63%	40.679,24	14.793,14	-63,63%	101.698,09	36.982,82	-63,63%
ENCARGOS DÍVIDAS PATROC.FAPERS	16.057,78	4.345,68	-72,94%	10.705,18	2.897,14	-72,94%	26.762,96	7.242,82	-72,94%
MIGRAÇÃO ENTRE PLANOS	29.076,07	0	0,00%	19.384,06	0	0,00%	48.460,13	0	0,00%
TRIBUTOS - TAFIC	15.885,00	17.844,00	12,33%	10.590,00	11.896,00	12,33%	26.475,00	29.740,00	12,33%
TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.652.170,13	1.730.569,34	4,75%	1.051.138,76	1.110.846,32	5,68%	2.703.308,89	2.841.415,66	5,11%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Valores em R$

DESPESAS COM CUSTODIANTE - POR PLANO	TOTAL 2016	TOTAL 2017	Δ %
PLANO DE BENEFÍCIOS I - PBD-I	19.262,91	5.783,49	-69,98%
PLANO DE BENEFÍCIOS II - PLANO MISTO	108.393,59	84.226,39	-22,30%
PLANO GERAL SALDADO - PGS	89.909,55	93.596,90	4,10%
PLANO DE BENEFÍCIOS PREVER*	970,75	50.146,47	5065,75%
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA	14.631,43	1.290,87	-91,18%
CONSOLIDADO	233.168,23	235.044,12	0,80%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

*Plano Prever despesas de 2 meses em 2016

AÇÕES JUDICIAIS

De acordo com a Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011 e a IN da PREVIC nº5 de 08 de setembro de 2011, que alterou a IN/SPC de nº 34 de 24 de setembro de 2009, as contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da Entidade.

Conforme o pronunciamento técnico do CPC nº 25 de 26/09/2009, são três os tipos de probabilidade de perda: Remota, Possível e Provável.
O quadro e gráfico abaixo monstram a situação das ações em andamento:

RESUMO DOS PROCESSOS JUDICIAIS DEZ - 2017

Processos Diversos

Descrição	FAPERS		Qtde Total
Grau de Risco	Autora	Ré	
Remota	2	4	6
Possível	0	2	2
Provável	0	1	1
Total	2	7	9

Processos PGS

Descrição	FAPERS		Qtde Total
Grau de Risco	Autora	Ré	
Remota	0	8	8
Possível	0	0	0
Provável	0	0	0
Total	0	8	8

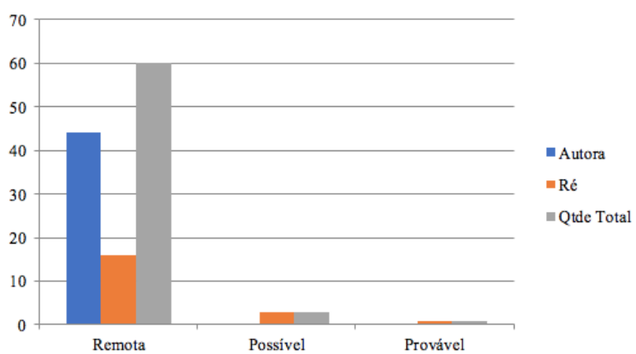
Processos Empréstimos

Descrição	FAPERS		Qtde Total
Grau de Risco	Autora	Ré	
Remota	42	4	46
Possível	0	1	1
Provável	0	0	0
Total	42	5	47

Processos Consolidado

Descrição	FAPERS		Qtde Total
Grau de Risco	Autora	Ré	
Remota	44	16	60
Possível	0	3	3
Provável	0	1	1
Total	44	20	64

Fonte: Controladoria



Diante das ações demonstradas acima, a Fundação está empenhada no controle, conjuntamente com a Assessoria Jurídica para resolver os contenciosos, pois estes são prejudicias tanto ao participante quanto à própria Fundação.

GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

O segmento de entidades fechadas de previdência complementar no qual a FAPERS está inserida, passa por uma série de mudanças ao longo do tempo, buscando adequar-se aos constantes desafios. Quando o sistema foi concebido na década de 70 a expectativa de vida era de 56 anos. Decorridos quase meio século do início das atividades das primeiras Entidades, muitas das quais hoje pagando benefícios vitalícios, a expectativa de vida aproxima-se dos 80 anos. Isto coloca todos, previdência oficial e previdência privada na mesma discussão. Ajustes e novos mecanismos de sustentabilidade são necessários para manter a solvência dos planos e garantir o retorno esperado a todos que investem parte de seus ganhos visando ao término da vida laboral manter um padrão digno de sobrevivência e a garantia de uma boa qualidade de vida.

Atenta a esses desafios a FAPERS a partir de grupos de estudos e inúmeras reuniões com suas Patrocinadores, conselhos, assessorias jurídica e atuarial, realizou ao longo dos três últimos anos estudos que trataram de alterações nos planos já existentes e criação de um novo plano com características e premissas em sintonia com os desafios que o momento atual coloca a todos que militam no segmento da previdência social, pública ou privada.

Consolidar esses avanços e aperfeiçoar o trabalho de educação previdenciária e financeira, em parceria com o Núcleo de Recursos Humanos da ASCAR, com vista a adesão de novos participantes, será uma das pautas permanentes desta diretoria e conselheiros da FAPERS.

Em 2017, novos ingressos, concessões de aposentadorias, resgates e pagamentos de pecúlio, mudaram o perfi da massa de Participantes. Estes dados se verificam nos itens 2.1 a 2.5.

2.1 OS NÚMEROS DA FAPERS NOS ÚLTIMOS ANOS:

Evolução dos Participantes Ativos e Assistidos

Ano	Assistidos	Ativos	Total
2013	700	1.645	2.345
2014	737	1.701	2.438
2015	818	1.699	2.517
2016	855	1.637	2.492
2017	822	1.619	2.441

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

É importante observar que uma leitura aritmética dos números pode levar a conclusões equivocadas. O número real de ingresso de novos participantes está descrito no item 2.5 – Novos Participantes.

2.2 - SER PARTICIPANTE DE UM FUNDO DE PENSÃO PATROCINADO É UM PRIVILÉGIO PARA POUCOS.

O Patrocinador ASCAR oferece através da FAPERS uma oportunidade que, se entendida pelo novo empregado no momento do seu ingresso, garante a tranquilidade de uma aposentadoria segura a sua família.

Em 2017 a Fundação completou 36 anos de atividades proporcionando assistência e pagando benefícios desde 1986 a todos que completaram suas carências para usufruir os benefícios a que tinham direito.

Ao encerrar o ano de 2017 os Planos administrados pela FAPERS apresentaram o seguinte desempenho:

Plano de Benefício Definido I

O Plano de Benefício Definido I – PBD-I, criado em 1981, se mantém equilibrado com 14 participantes em benefícios e um participante ativo.

Plano de Benefício II - Plano Misto

O Plano de Benefícios II – Plano Misto encerrou o ano de 2017 com 638 participantes ativos, 119 participantes com a opção dos institutos, seja como, autopatrocínio, licença sem remuneração, suspensão ou auxílio doença e, ainda 483 em gozo de benefício continuado, totalizando 1.240 participantes.

Plano Geral Saldado

O Plano Geral Saldado, fechado desde 2009, apresenta anualmente movimentação devido às aposentadorias e falecimentos. Encerra o ano de 2017 tendo como números finais 516 participantes em gozo de benefício continuado e 168 aguardando a concessão do benefício, totalizando 684 participantes.

Plano Prever

O Plano PREVER conta atualmente com 846 participantes ativos, 13 participantes com opção dos institutos, seja como, autopatrocínio, licença sem remuneração ou suspensão e 82 em gozo de benefício continuado, totalizando 941 participantes.

Os quatro Planos apresentam, portando, a seguinte distribuição:

Distribuição dos Participantes 2017

Situação / Plano	PBD I	Misto	PGS	Prever	Total
Ativos	1	638	-	846	1.485
Aguardando Benefício	-	-	168	-	168
A espera de institutos	-	15	-	-	15
Autopatrocinados	-	3	-	1	4
Auxílio Doença	-	6	-	-	6
Licença sem Remuneração	-	8	-	4	12
Suspensos	-	87	-	8	95
BPD	-	-	-	-	-
Aposentados	14	430	455	76	975
Beneficiários Pensão	-	53	61	6	120
TOTAL	15	1.240	684	941	2.880

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

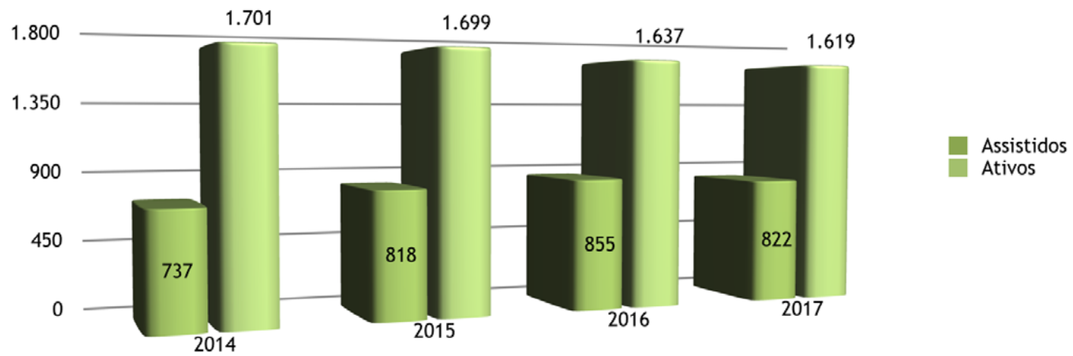
2.3 - SOLIDEZ E LONGEVIDADE DOS PLANOS:

O três primeiros Planos de Benefícios da FAPERS, na modelagem de benefício definido e contribuição variável, tem seu equilíbrio atuarial e financeiro assegurados pela gradual renovação dos participantes.

Com a criação do Plano PREVER essa lógica fica alterada em razão dos Planos PBD-I, Plano Misto e Plano Geral Saldado, estarem fechados a novas adesões, e as premissas e modelagem que regem o Plano PREVER, tem como caraterística a individualidade e a não existência de mutualidade para cobertura de benefícios.

Os quadros/planilhas que seguem se referem a projeções feitas sobre os dados dos Planos PBD-I, Misto e PGS.

Participantes Ativos e Assistidos



Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

Evolução dos Participantes Ativos e Assistidos

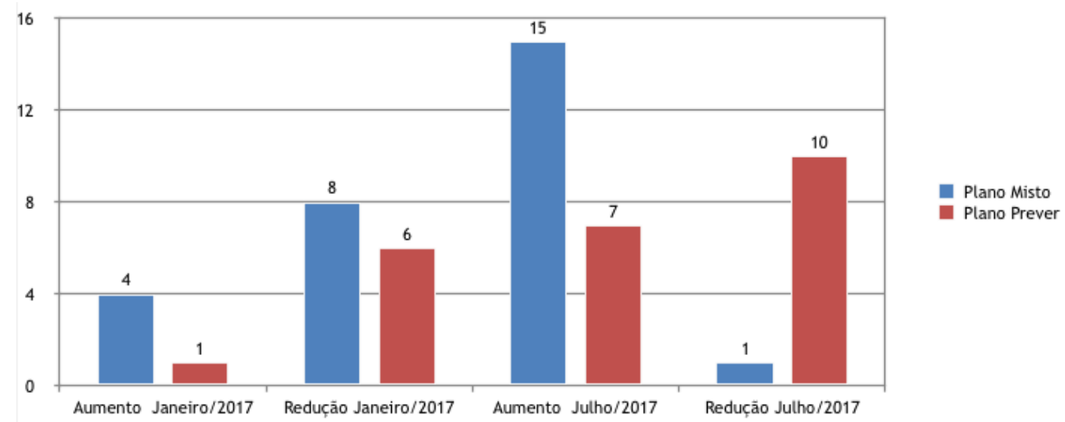
Ano	Assistidos	Ativos	Ativo para cada Assistido
2013	700	1.645	2,35
2014	737	1.701	2,31
2015	818	1.699	2,08
2016	855	1.637	1,91
2017	822	1.619	1,97

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

2.4 - PENSAR PREVIDÊNCIA É ESTAR ATENTO PARA NA HORA OPORTUNA POUPAR MAIS.

O Plano Misto e o Plano Prever oferecem a oportunidade de realizar duas alterações de percentual de contribuição ao ano nos meses de junho e dezembro, permitindo uma variação de 3,5% até o limite de 15%, ajustando o valor da contribuição ordinária. Ainda existe a possibilidade de o participante realizar aportes adicionais, duas vezes ao ano, de qualquer valor, sem a contrapartida do Patrocinador.

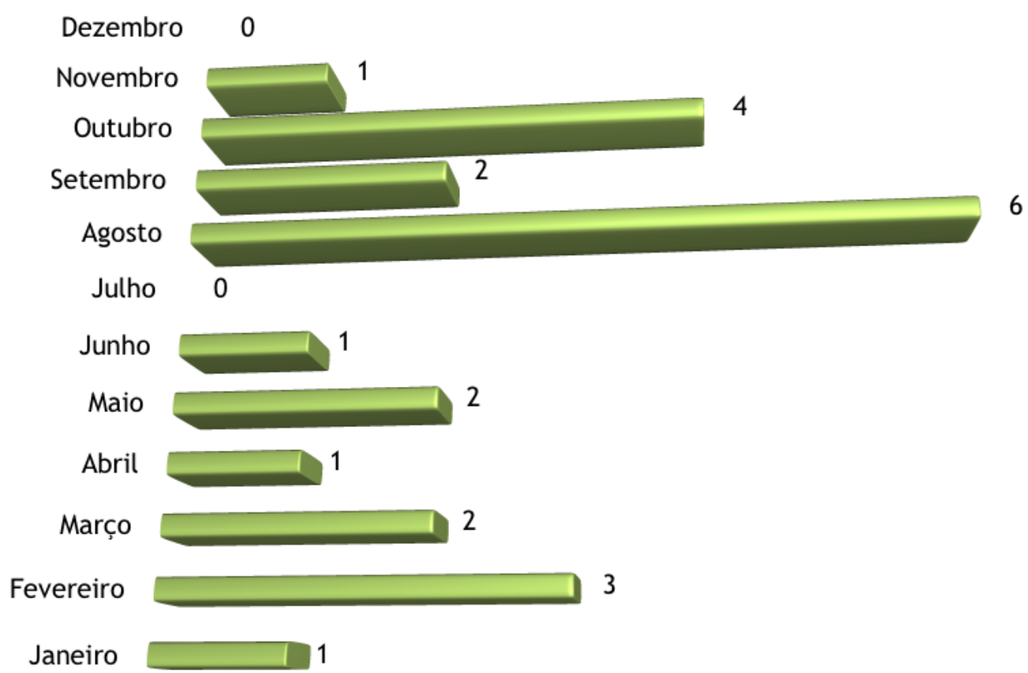
Em 2017, o número de participantes que aumentaram ou reduziram seu percentual de contribuição ordinária pode ser acompanhados no quadro abaixo:



Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

2.5 - INGRESSO DE NOVOS PARTICIPANTES:

O quadro abaixo mostra mês a mês a adesão de 23 novos participantes na FAPERS:



Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

É importante destacar que a partir do dia 16/06/2016, as adesões ocorreram somente no Plano Prever em face da aprovação do Regulamento do Plano.

Os Planos de benefícios sofrem oscilações devido a processos de desligamento ou concessões de benefícios aos participantes.

2.6 - RECEITAS E PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS E INSTITUTOS POR PLANO

No quadro abaixo, o Fluxo Previdenciário do Núcleo de Gestão de Planos, demonstra os valores pagos de benefícios e resgates, bem como as contribuições normais dos participantes ativos e patrocinadores e, ainda a contribuição extraordinária dos participantes ativos, realizadas durante o ano de 2017.

Fluxo Previdenciário 2017

RECEITAS	R$
Plano Benefício I - PBD I	197.288,63
Plano Benefício II - Plano Misto	8.317.169,18
Plano Geral Saldado	9.431.714,09
Plano Prever	10.289.083,01
Total de Receitas	28.235.254,91
DESPESAS	
Plano Benefício I - PBD I	764.555,22
Plano Benefício II - Plano Misto	9.831.051,10
Plano Geral Saldado	20.369.085,28
Plano Prever	2.799.666,88
Total de Despesas	33.764.358,48

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

2.7 - EVOLUÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL DA FAPERS

As principais hipóteses adotadas na reavaliação atuarial de 2017 foram:

Plano de Benefício Definido I

Composição de Família de Pensionistas - experiência regional;
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) - INPC;
Taxa Real Anual de Juros de 4,39% ;
Tábua de Mortalidade Geral – AT 2000, suavizada em 10%.

Plano de Benefício II - Misto

Composição de Família de Pensionistas - experiência regional;
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) - INPC;
Taxa Real Anual de Juros – 5,31%;
Tábua de Mortalidade Geral - AT 2000;
Tábua de Entrada em Invalidez – MULLER;
Tábua de Mortalidade de Inválidos – AT 49.

Plano Geral Saldado

Composição de Família de Pensionistas - experiência regional;
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) - INPC;
Taxa Real Anual de Juros – 5,30%;
Tábua de Mortalidade Geral – AT 2000.

Plano Prever

Composição de Família de Pensionistas - experiência regional;
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) - INPC;
Taxa Real Anual de Juros –5,31%;

2.8 - SITUAÇÃO DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS DA FAPERS EM 2017

Plano de Benefício Definido – PBD-I

Na avaliação atuarial realizada em 31/12/2017, o Plano de Benefício Definido – PBD-I apresentou um superávit de R$ 1.630.190,87, equivalente a 12,82% do Ativo Líquido.

Superávit R$1.630.190,87

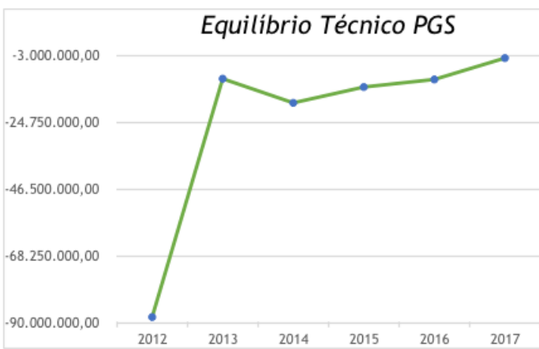
12,82% do Ativo Líquido

Plano Geral Saldado

Durante o exercício de 2017, as Diretorias da ASCAR e FAPERS seus Conselhos, mantiveram as estratégias com vista a reduzir de déficit do PGS, com ênfase na aplicação dos ativos do Plano em papéis que além mitigar riscos oferecessem remuneração aderente a meta atuarial.

Na avaliação atuarial realizada em 31/12/2017, o Plano Geral Saldado - PGS apresentou um déficit de R$ 3.876.181,70, equivalente a 1,55 % do Ativo Líquido.

Observa-se que o plano vem apresentando resultados positivos, desde 2015, diminuindo progressivamente o resultado deficitário acumulado.



Déficit R$ 3.876.181,70

1,55% do Ativo Líquido

Destaca-se a nova forma de avaliação da solvência dos Planos definida pela Resolução CNPC nº 22/2015 e Resolução CGPC Nº18/2016 que permite que os planos tenham maior flexibilidade no equacionamento de déficits de acordo com a *duration* do passivo.

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Plano de Benefício II – Plano Misto

Em 31/12/2017, em consequência da equalização do déficit equacionado em junho de 2016, o Plano de Benefícios II – Plano Misto apresentou um superávit de R$ 1.834.461,85, equivalente a 1,09% do Ativo Líquido.

Superávit R$1.834.461,85

1,09% do Ativo Líquido

Plano Prever

Na avaliação atuarial realizada em 31/12/2017, o Plano Prever apresentou uma rentabilidade de 11,40% , para uma meta estipulada em 7,49%, gerando um ganho real de 3,64%.

11,40% rentabilidade em 2017

7,49% meta de rentabilidade estipulada

2.9 - MIGRAÇÃO PARA O PLANO PREVER

Em dezembro 2016, foi concluído o processo de migração do Plano de Benefícios II – Plano Misto para o Plano de Benefícios Prever, aprovado por meio da Portaria nº 271 emitida pela Diretoria de Análise Técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 16 de junho de 2016.

A referida Portaria estabeleceu as regras para o processo de migração de participantes e assistidos e suas respectivas reservas matemáticas do Plano de Benefícios II - Plano Misto para o Plano de Benefícios Prever, e também aprovou o Termo Geral de Migração de Planos de Benefícios e Transferência de Ativos, firmado entre a Fundação e o Patrocinador ASCAR.

Em 2017 a Fundação recebeu pareceres da PREVIC com questionamentos referentes à finalização do processo de migração, os mesmos foram respondidos pela Entidade e encaminhados ao órgão fiscalizador em 09 de abril de 2018.

FAPERS

Gestão de Investimentos

Constante do Planejamento Estratégico, colocamos em prática o Plano de Gestão de Investimentos com diversificação estratégica da carteira de Investimentos da Fundação, adaptando-a ao cenário em que a remuneração oferecida está aquém do compromisso atuarial.

Foi analisada a possibilidade de ampliar investimentos no mercado de ações atentando e traçando cenários que considerem a volatilidade da bolsa, em fundos multimercado, fundos de recebíveis, fundos com risco privado e aplicações no exterior, para este último, apostar apenas em papeis com hedge cambial garantido uma margem de segurança, em caso de algum problema no mercado. Para garantir o atingimento das metas atuarial e rentabilidade de acordo com as características dos Planos de Benefícios.

Entramos em contato com diversas instituições com reconhecida competência na administração de recursos. Analisamos mais de uma centena de opções nesta busca, sendo que ao final, selecionamos 5 novos fundos que apresentavam rentabilidade média acima do mercado, regulamentos aderentes a legislação e níveis de risco compatíveis com nosso objetivo.

3.1 Análise do Núcleo de Investimentos

No cenário econômico externo o PIB mundial aumentou de 3,2% para 3,6%. As condições favoráveis da economia internacional geraram impactos positivos sobre a demanda por exportações industriais brasileiras. A expectativa é de que o cenário favorável no exterior em 2017 se mantenha em 2018.

A economia brasileira ficou marcada por avanços gerados pela reorientação da política econômica, como a queda da inflação e dos juros, que possibilitaram o início da retomada da demanda doméstica, sobretudo do consumo das famílias. O quadro político foi mais conturbado do que o imaginado e seguiu gerando incerteza, dado o risco de abandono do processo de reequilíbrio macroeconômico e das reformas.

No âmbito da Fundação, a estratégia utilizada foi de cautela frente as incertezas do rumo que a economia tomaria. Com a queda da taxa de juros houve uma redução das aplicações em Títulos Públicos Federais, uma vez que a taxa ficou abaixo da meta dos planos. As aplicações de recursos novos e amortizações foram direcionadas para fundos condominiais que buscam a superação do índice CDI (Certificados de Depósitos Interbancários) e concomitantemente ao estudo de novas alternativas de investimento em Renda Variável, Fundos Multimercado e de Investimento no Exterior.

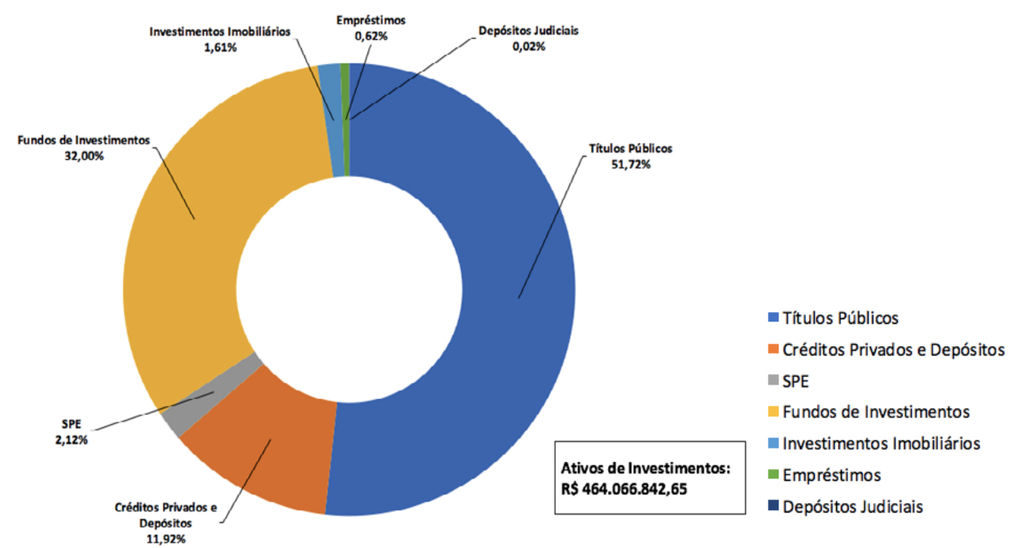
A estratégia adotada mostrou-se eficaz, uma vez que o resultado alcançado foi superior a meta em todos os Planos da Fundação, mesmo que individualmente alguns segmentos tenham apresentado desempenho abaixo de seu respectivo *benchmark*.

3.2 Variação dos Investimentos e do Patrimônio Social - Consolidado

	31.12.2016		31.12.2017		Δ
	R$	%	R$	%	%
INVESTIMENTOS	**427.639.205,55**	**85,76%**	**464.066.842,65**	**87,06%**	**8,52%**
Títulos Públicos	244.590.144,38	**49,05%**	240.004.090,48	45,02%	-1,87%
Créditos Privados e Depósitos	84.038.015,13	**16,85%**	55.313.409,54	10,38%	-34,18%
Ações	2.175.855,02	**0,44%**	-	0,00%	-100,00%
Sociedades de Propósito Específico	10.233.575,74	**2,05%**	9.829.320,08	1,84%	-3,95%
Fundos de Investimentos	78.201.951,80	**15,68%**	148.491.931,37	27,86%	89,88%
Investimentos Imobiliários	6.304.777,01	**1,26%**	7.489.553,09	1,41%	18,79%
Empréstimos (a Participantes)	2.094.886,47	**0,42%**	2.857.579,75	0,54%	36,41%
Depósitos Judiciais	-	**0,00%**	80.958,34	0,02%	
CONTR.EM ATRASO E DÍVIDA PATROCINADORAS	**69.594.271,77**	**13,96%**	**67.614.414,79**	**12,68%**	**-2,84%**
Contrib.em Atraso e Dívida Patrocinadora Ascar a Receber	69.388.866,58	**13,92%**	67.614.414,79	12,68%	-2,56%
Dívida Patrocinadora Fapers a Receber	205.405,19	**0,04%**	-	0,00%	-100,00%
Outros Valores a Receber ou a Pagar	**1.417.165,25**	**0,28%**	**1.365.582,13**	**0,26%**	**-3,64%**
PATRIMÔNIO SOCIAL	**498.650.642,57**	**100,00%**	**533.046.839,57**	**100,00%**	**6,90%**
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	**495.770.382,41**	**99,42%**	**529.881.124,60**	**99,41%**	**6,88%**
PROVISÕES MATEMÁTICAS	502.415.223,10	100,75%	530.292.653,58	99,48%	5,55%
EQUILIBRIO TÉCNICO (RESULTADO)	(6.644.840,69)	-1,33%	(411.528,98)	-0,08%	-93,81%
FUNDOS (Previd. / Admin. / Invest.)	2.880.260,16	0,58%	3.165.714,97	0,59%	9,91%

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

Distribuição dos Investimentos em dezembro/2017 - Consolidado

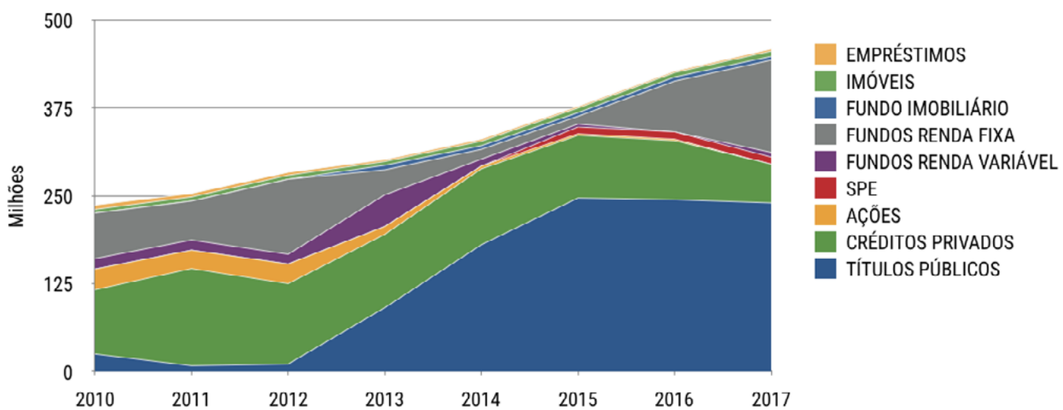


Fonte: Núcleo de Investimentos

3.3 Evolução do Patrimônio

O Patrimônio Social da Fundação cresceu 6,90% e houve uma redução no déficit de 93,81%. Este resultado deve-se ao retorno dos investimentos acima da meta atuarial e criação do Plano Prever ainda em 2016.

Evolução dos Investimentos



Fonte: Núcleo de Investimentos

3.4 Patrimônio por Segmento de Investimento

Na avaliação do orçamento, 91,95% dos investimentos referem-se a renda fixa, com uma concentração em Títulos Públicos Federais (51,72% dos investimentos), adquiridos com taxas acima da meta atuarial, com diversos vencimentos, prevendo os pagamentos de benefícios futuros da Fundação.

Investimentos da FAPERS em 31/12/2017

Investimentos de Renda Fixa	Valor (R$)	Gestor
Títulos Públicos do Tesouro Nacional e/ou do Bacen e Créditos Securitizados do Tesouro Nacional		
- NTNB/NTNF	240.004.090,48	FAPERS
Total	**240.004.090,48**	
Cotas de FI/FIDC Renda Fixa (Fundo de Investimento, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios)		
B FI REF DI PREMIUM	57.710.271,58	BRADESCO
BNP MATCH DIFI RF CP	58.625.379,61	BNP PARIBAS
SAFRA INST RF REF	5.818.174,02	SAFRA
SUL AMÉRICA RF FI LP	9.246.440,28	SUL AMÉRICA
Total	**131.400.265,49**	
CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários)		
- BRC (PETROBRÁS)	3.263.399,56	FAPERS
Total	**3.263.399,56**	
Debêntures		
ALGA	4.728.785,89	FAPERS
BNDESPAR	16.876.259,84	FAPERS
CACHOEIR	7.357.265,96	FAPERS
CART	6.527.056,45	FAPERS
CEMIG G	8.865.083,15	FAPERS
ECPT	4.700.193,16	FAPERS
ENERGISA	2.994.713,59	FAPERS
VAL	651,94	FAPERS
Total	**52.050.009,98**	
Total dos Investimentos em Renda Fixa		**426.717.765,51**

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

Investimentos de Renda Variável	Valor (R$)	Gestor
FUNDO DE ÍNDICE DE MERCADO		
ISHARES IBOVESPA - BOVA11	6.699.277,00	BLACKROCK
Total Carteira Própria	**6.699.277,00**	
SPE (Sociedade de Propósito Específico)		
RD TIETE	9.829.320,08	FAPERS
Total SPE	**9.829.320,08**	FAPERS
Total dos Investimentos em Renda Variável		**16.528.597,08**

Investimentos Estruturados	Valor (R$)	Gestor
FII JHSF FBV - Fundo Imobiliario	5.356.000,00	Rio Bravo Investimentos
Total dos Investimentos Estruturados		**5.356.000,00**

Investimentos no Exterior	Valor (R$)	Gestor
BRADESCO FI MULTIM. INV. EXT. YIELD EXPLORER	5.036.388,88	BRADESCO
Total dos Investimentos Estruturados		**5.036.388,88**

Investimentos Imobiliários	Valor (R$)	Total (R$)
Casa - Rua Marcilio Dias, 1073, Porto Alegre:		
Imóvel uso próprio	1.373.090,95	
Valores a receber/pagar	-	**1.373.090,95**
Investimento em Shopping Center, Porto Alegre		
Lindóia Shopping - 20%	8.116.462,14	
Provisão p/ oscilações no mercado imobiliário (*)	(2.000.000,00)	
Valores a receber	-	**6.116.462,14**
Total dos Investimentos Imobiliários		**7.489.553,09**
(*) As oscilações nos preços dos imóveis são quase sempre imperceptíveis no curto prazo. Já se comparados preços pela avaliação do		

Operações com Participantes	Valor (R$)
Total dos Empréstimos aos Associados	**2.857.579,75**

Depósitos Judiciais/Recursais	Valor (R$)
Total dos Depósitos Judiciais/Recursais	**80.958,34**
TOTAL GERAL	**Valor (R$)**
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	**464.066.842,65**

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

Rentabilidade Bruta: é o rendimento obtido pelo investimento, calculado pelo sistema de cota mensal, somando-se os ingressos e diminuindo-se as retiradas ocorridas no mês.

Rentabilidade Líquida: é o rendimento calculado pelo sistema de cota mensal, a partir da rentabilidade bruta subtraindo a despesa dos serviços de custódia e corretagem, e os valores de constituição do fundo garantidor de empréstimo por inadimplência, do fundo de cobertura de empréstimo por morte ou invalidez e do fundo administrativo.

***Benchmark*:** é o indicador usado como referência de desempenho da Fundação perante a média obtida pelo mercado. Nos segmentos em que não há um indicador de referência aprovado pelo órgão regulador, foi utilizado a Meta Atuarial-M.A, que é também o indicador de desempenho dos planos de benefícios. Na renda fixa, utiliza-se o Certificado de Depósito Interbancário-CDI, para a renda variável utiliza-se o Índice Brasil da Bovespa-IBX.

Renda Fixa: composta por títulos públicos federais, cotas de fundos de investimento em renda fixa, Certificado de Recebíveis Imobiliários-CRI e Debêntures. Este segmento representa 91,95% do total dos investimentos e sua rentabilidade consolidada, no ano de 2017, foi de 10,10% (bruta) e 10,07% (líquida), comparada ao *benchmark* de 9,93% (CDI).

Renda Variável: representa 3,56% dos investimentos da Fundação, sendo composta por cotas de fundo de investimento de índice do IBOVESPA e Sociedade de Propósito Específico–SPE. A rentabilidade, no ano de 2017 foi de 6,97% (bruta) e 6,95% (líquida), frente ao seu *benchmark*, o IBX, que encerrou o ano em 27,55%.

Investimentos Estruturados: com um percentual de 1,15% dos investimentos, trata-se do fundo imobiliário FII JHSF Fazenda Boa Vista, que possui cotas negociadas na Bolsa de Valores. O rendimento, no ano de 2017, foi de -2,26% (bruto) e -2,27%(líquido), ante um *benchmark* de 7,47% (Meta Atuarial).

Investimentos no Exterior: representa 1,09% dos investimentos. É um fundo de investimento do Bradesco, que investe em emissões de ativos no exterior, principalmente crédito nos Estados Unidos. Este investimento foi realizado em meados de outubro, e rendimento até o final do ano foi de 0,73%.

Operações com Participantes: a rentabilidade no ano de 2017, foi de 17,50% (bruta) e de 17,44% (líquida). O *benchmark*, CDI, alcançou 9,93%. Este segmento representa 0,62% do total dos investimentos. A rentabilidade foi impactada positivamente pela baixa inadimplência verificada.

Imóveis: a carteira representa 1,61% do total dos investimentos, composta pela participação de 20% do Shopping Lindóia e a Casa Sede da Fundação, cuja rentabilidade foi de 29,28% (bruta) e 29,19% (líquida). O *benchmark* do segmento, a Meta Atuarial, fechou o ano em 7,47%. A rentabilidade foi impactada positivamente pela reavaliação da participação no Shopping Lindóia, que é realizada a cada 3 anos.

Meta Atuarial/Meta de Rentabilidade: a Meta consolidada de Fundação foi de 7,47%. A rentabilidade líquida alcançada pelos investimentos foi de 10,12%, superando a necessidade dos planos e contribuindo para uma redução significativa do déficit consolidado.

Rentabilidade Bruta e Líquida dos Investimentos

CONSOLIDADO FAPERS				
SEGMENTO	RENTABILIDADE		BENCHMARK	
	BRUTA	LÍQUIDA	INDICADOR	%
RENDA FIXA	10,10%	10,07%	CDI	9,93%
RENDA VARIÁVEL	6,97%	6,95%	IBX	27,55%
INVESTIMENTOS EXTERIOR*	0,73%	0,73%	M.A.	2,12%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-2,26%	-2,25%	M.A.	7,47%
IMÓVEIS	29,28%	29,19%	M.A.	7,47%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	17,50%	17,44%	CDI	9,93%
TOTAL PLANOS	**10,12%**	**9,77%**	**M.A.**	**7,47%**

*Rentabilidade de 3 meses

PLANO DE BENEFÍCIOS II - PLANO MISTO				
SEGMENTO	RENTABILIDADE		BENCHMARK	
	BRUTA	LÍQUIDA	INDICADOR	%
RENDA FIXA	9,50%	9,47%	CDI	9,93%
RENDA VARIÁVEL	11,56%	11,52%	IBX	27,55%
INVESTIMENTOS EXTERIOR*	0,73%	0,73%	M.A.	2,12%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-2,26%	-2,25%	M.A.	7,49%
IMÓVEIS	29,28%	29,19%	M.A.	7,49%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	32,86%	32,76%	CDI	9,93%
TOTAL PLANO	**9,64%**	**9,30%**	**M.A.**	**7,49%**

*Rentabilidade de 3 meses

PLANO GERAL SALDADO - PGS				
SEGMENTO	RENTABILIDADE		BENCHMARK	
	BRUTA	LÍQUIDA	INDICADOR	%
RENDA FIXA	9,45%	9,42%	CDI	9,93%
RENDA VARIÁVEL	12,58%	12,54%	IBX	27,55%
INVESTIMENTOS EXTERIOR*	0,73%	0,73%	M.A.	2,12%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-2,26%	-2,25%	M.A.	7,48%
IMÓVEIS	29,28%	29,18%	M.A.	7,48%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	10,66%	10,63%	CDI	9,93%
TOTAL PLANO	**9,78%**	**9,42%**	**M.A.**	**7,48%**

*Rentabilidade de 3 meses

PLANO PREVER				
SEGMENTO	RENTABILIDADE		BENCHMARK	
	BRUTA	LÍQUIDA	INDICADOR	%
RENDA FIXA	12,69%	12,65%	CDI	9,93%
RENDA VARIÁVEL	-20,77%	-20,71%	IBX	27,55%
INVESTIMENTOS EXTERIOR*	0,73%	0,73%	M.R.**	2,12%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-2,26%	-2,25%	M.R.**	7,49%
IMÓVEIS	29,28%	29,19%	CDI	7,49%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	9,53%	9,50%	M.R.**	9,93%
TOTAL PLANO	**11,85%**	**11,52%**	**M.R.****	**7,49%**

* Rentabilidade de 3 meses
** Meta de Rentabilidade do plano - INPC + 5,31% ao ano. Este plano não possui Meta Atuarial.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA				
SEGMENTO	RENTABILIDADE		BENCHMARK	
	BRUTA	LÍQUIDA	INDICADOR	%
RENDA FIXA	9,86%	9,68%	CDI	9,93%
TOTAL PLANO	**9,86%**	**9,68%**	**M.R.****	**6,15%**

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

Rentabilidade Patrimonial: a Rentabilidade Patrimonial é calculada pelo sistema de cotas mensais, considerando todas receitas e despesas do plano. As receitas são: remuneração dos investimentos e dos contratos de dívida e reversão de fundos e provisões. As despesas são: as despesas administrativas e constituição de fundos e provisões. Esta é a rentabilidade líquida do plano, a diferença dela em relação a Meta Atuarial gera superávit ou déficit. No Plano Misto, e Plano Prever é a rentabilidade que corrige o saldo de contas dos participantes. No ano de 2017 a rentabilidade de todos os planos superou a sua respectiva meta.

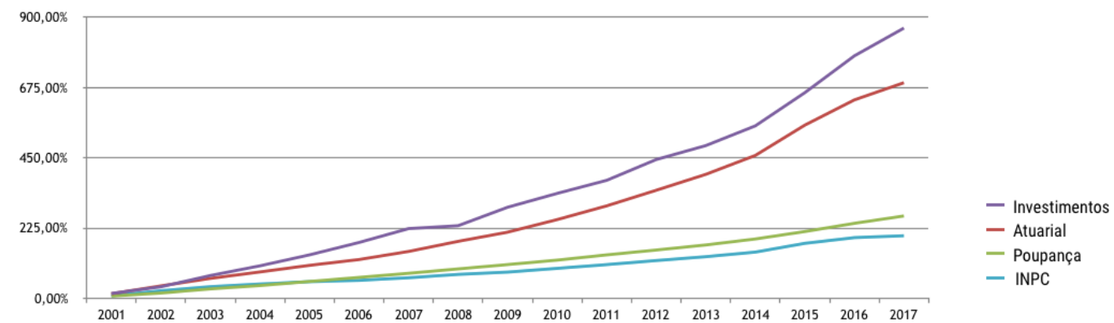
RENTABILIDADE PATRIMONIAL

	PBD-I		MISTO		PGS		PREVER	
Mês	**Meta Atuarial**	**Rent.%**	**Meta Atuarial**	**Rent.%**	**Meta Atuarial**	**Rent.%**	**Meta Rent.**	**Rent.%**
Janeiro	0,83%	0,98%	0,57%	0,99%	0,85%	1,06%	0,85%	1,61%
Fevereiro	0,65%	0,79%	0,85%	0,89%	0,67%	0,95%	0,67%	3,07%
Março	0,73%	0,70%	0,67%	0,85%	0,75%	0,87%	0,75%	0,97%
Abril	0,49%	0,58%	0,75%	0,48%	0,51%	0,64%	0,51%	-0,27%
Maio	0,77%	0,75%	0,51%	0,70%	0,79%	0,80%	0,79%	-0,48%
Junho	0,11%	0,58%	0,79%	0,57%	0,13%	0,71%	0,13%	0,33%
Julho	0,58%	0,47%	0,13%	0,53%	0,60%	0,52%	0,60%	2,38%
Agosto	0,38%	0,94%	0,60%	0,92%	0,40%	0,98%	0,40%	0,88%
Setembro	0,39%	0,53%	0,40%	0,53%	0,41%	0,65%	0,41%	0,49%
Outubro	0,78%	0,77%	0,41%	0,82%	0,80%	0,87%	0,80%	0,59%
Novembro	0,59%	0,77%	0,80%	0,69%	0,69%	0,87%	0,61%	0,49%
Dezembro	0,62%	1,10%	0,61%	0,97%	0,61%	1,43%	0,69%	0,86%
Acumulado Ano	**7,12%**	**9,35%**	**7,49%**	**9,31%**	**7,48%**	**10,85%**	**7,49%**	**11,40%**

Fonte: Núcleo de Investimentos

Histórico de Rentabilidade: a rentabilidade dos investimentos da Fundação desde o ano de 2001 acumula 865,66%, sendo que o índice acumulado da Meta Atuarial foi de 691,00%, o índice acumulado da Caderneta de Poupança foi de 264,73% e o INPC acumulado foi 201,57% no mesmo período.

Histórico de Rentabilidade



Fonte: Núcleo de Investimentos

Gestão de Riscos

O monitoramento dos riscos da Fundação é efetuado através de relatórios emitidos pelo Consultor de Investimentos, apresentados na reunião mensal do Comitê de Investimentos. Os referidos relatórios são analisados e, se necessário, medidas de controle são sugeridas pelo Comitê à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo.

Risco de Mercado: risco de mercado é provocado pelas mudanças na precificação dos ativos financeiros. Tais mudanças se devem a alterações nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, nos preços das ações e nos preços das commodities. O gerenciamento de risco de mercado tem como objetivo medir a máxima perda esperada de uma carteira de investimento, nas condições normais de mercado, com um grau de confiança especificado e para um dado horizonte de tempo.

***Value-at-Risk (VaR)* e *Tracking Error*:** Estas duas ferramentas de análise de risco de mercado medem a aderência dos investimentos em relação ao seu *benchmark*, isto é, verifica se os investimentos estão se comportando de forma similar ao seu *benchmark*. De forma geral, quanto mais próximo de zero for o resultado do indicador, mais aderente é o investimento em relação ao seu *benchmark*. Nenhum investimento da Fundação extrapolou os parâmetros orçados nestes indicadores de risco.

Divergência Não Planejada (DNP): Conforme previsto pela legislação em vigor, a Fundação deve utilizar a ferramenta da Divergência Não Planejada como instrumento oficial de monitoramento de risco de mercado, que a exemplo do *Value-at-Risk (VaR) e do Tracking*

Error, medem a aderência dos investimentos em relação ao seu *benchmark*. Mensalmente é postado no Site do órgão regulador o resultado da DNP.

O Resultado da Fundação ficou com desempenho negativo em relação ao *benchmark* nos segmentos de Renda Variável e Investimentos Estruturados em todos os planos, e, a Renda Fixa ficou com desempenho positivo apenas no Plano Prever.

Risco de Crédito: a Fundação analisa o Risco de Crédito por meio do Relatório "Análise da Carteira Própria de Títulos Privados - Rating de Risco de Crédito", que é elaborado e encaminhado pelo Consultor de Investimentos trimestralmente. O referido relatório, tem por objetivo analisar a posição da carteira de títulos privados, em relação a evolução das notas de ratings de crédito das principais agências classificadoras de risco de crédito e aceitas dentro da Política de Investimentos da Fundação, ou seja, Moodys, Standard & Poor´s e Fitch Ratings. Cabe ressaltar que o consultor elabora o relatório a partir da consulta individualizada de cada título nas respectivas agências de rating, comparando a posição atual com a do período analisado anteriormente.

A posição da Fundação em aplicações de Crédito Privado é diversificada e composta por empresas com alto potencial de geração de caixa e ligadas a setores estratégicos da economia e/ou concessão de serviços públicos e infraestrutura. No ano de 2017 uma debenture, Rodovias do Tiete enfrentou dificuldades de cumprir os prazos de obras e amortizações previstas, e, está renegociando junto aos debenturistas e acionistas uma saída para a crise. A Fundação acompanha as Assembleias Gerais de Debenturistas, fórum de discussão e negociação de alternativas.

Risco de Liquidez – ALM: o monitoramento do risco de liquidez é efetuado através do Estudo da ALM (*Asset, Liability Management*), que é atualizado a cada ano e serve de parâmetro para as aplicações de médio e longo prazo.

Parte 1

Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios as Normas em Vigor e a Política de Investimentos

O enquadramento da Fundação à Resolução CMN nº 3.792, 24 de setembro de 2009, e à Política de Investimentos, é controlada pelo Banco Custodiante Bradesco, por meio da sua área de enquadramento, a qual analisa cada aplicação realizada e a aderência desta aplicação às normas. A Custódia do Bradesco fornece, posteriormente, o relatório de enquadramento dos investimentos das carteiras da Fundação. O referido relatório é analisado pelo Núcleo de Investimentos e Comitê de Investimentos, sendo também item constante na análise do Conselho Fiscal. No ano de 2017, observou-se o cumprimento dos limites estabelecidos.

Enquadramento

Parte 2

Descrição do Investimento	Enquad. Máximo	PBD - I			PLANO MISTO		
	Res. 3.792	Pol. Invest.	R$	Δ %	Pol. Invest.	R$	Δ %
Disponível	-	-	**3.506,09**	**0,03%**	**-**	**11.895,12**	**0,01%**
Renda Fixa	**Até 100%**	**100%**	**11.001.640,12**	**97,96%**	**100%**	**154.813.874,24**	**92,72%**
Títulos Públicos			6.336.007,94	56,42%		108.225.613,55	64,82%
Créditos Privados e Depósitos			2.154.307,75	19,18%		22.407.758,65	13,42%
Fundos de Investimentos			2.511.324,43	22,36%		24.180.502,04	14,48%
Renda Variável	**Até 70%**	**10%**	**738,20**	0,01%	**10%**	**5.790.608,99**	**3,47%**
Sociedade de Propósito Específico	-	-	-	-	-	3.557.516,68	2,13%
Fundo de Indice de Mercado	-	-	738,20	0,01%	-	2.233.092,31	1,34%
Investimentos Estruturados	**20%**	**5%**	-	-	**7%**	**1.786.226,00**	**1,07%**
Fundo de Investimento Imobiliário	10%	5%	-	-	7%	1.786.226,00	1,07%
Investimentos Exterior	**10%**	**4%**	**-**		**4%**	**2.014.555,55**	1,21%
Fundo de Investimento Exterior	10%	4%	-		4%	2.014.555,55	1,21%
Investimentos Imobiliários	**8%**	**3%**	**221.189,00**	**1,97%**	**3%**	**1.568.095,22**	**0,94%**
Empréstimos e Financiamentos	**15%**	**5%**	**6.686,79**	**0,06%**	**5%**	**950.529,60**	**0,57%**
Depósitos Judiciais	**-**	**-**	**-**	-	**-**	**80.958,34**	**0,05%**
(-) Exigivel Operacional Investimentos	-	-	**(2.843,88)**	**-0,03%**	**-**	**(50.510,62)**	**-0,03%**
Recursos Garantidores	**-**	-	**11.230.916,32**	**100,00%**	**-**	**166.966.232,44**	**100,00%**

Descrição do Investimento	Enquad. Máximo	PGS			PREVER		
	Res. 3.792	Pol. Invest.	R$	Δ %	Pol. Invest.	R$	Δ %
Disponível	-	**-**	**4.776,56**	**0,003%**	**-**	**11.543,34**	**0,012%**
Renda Fixa	**Até 100%**	**100%**	**169.185.309,90**	**90,50%**	**100%**	**89.329.586,64**	**92,63%**
Títulos Públicos			124.117.413,53	66,39%		0,00	**0,00%**
Créditos Privados e Depósitos			27.763.133,06	14,85%		2.988.210,08	**3,10%**
Fundos de Investimentos			17.304.763,31	9,26%		86.341.376,56	**89,53%**
Renda Variável	**Até 70%**	**10%**	**7.503.487,46**	**4,01%**	**10%**	**3.233.762,43**	**3,35%**
Sociedade de Propósito Específico	-	-	5.270.395,08	2,82%	-	1.001.408,32	**1,04%**
Fundo de Indice de Mercado	-		2.233.092,38	1,19%		2.232.354,11	**2,31%**
Investimentos Estruturados	**20%**	**7%**	**2.678.000,00**	**1,43%**	**7%**	**891.774,00**	**0,92%**
Fundo de Investimento Imobiliário	10%	7%	2.678.000,00	1,43%	7%	891.774,00	**0,92%**
Investimentos Exterior	**10%**	**4%**	**2.014.555,55**	**1,08%**	**4%**	**1.007.277,78**	**1,04%**
Fundo de Investimento Exterior	10%	4%	2.014.555,55	1,08%	4%	1.007.277,78	**1,04%**
Investimentos Imobiliários	**8%**	**3%**	**4.894.265,64**	**2,62%**	**3%**	**806.003,23**	**0,84%**
Empréstimos e Financiamentos	**15%**	**5%**	**713.981,39**	**0,38%**	**5%**	**1.186.381,97**	**1,23%**
Depósitos Judiciais	**-**	**-**	**0,00**	-	**-**	**0,00**	**0,00%**
(-) Exigivel Operacional Investimentos	-	**-**	**(50.290,14)**	**-0,03%**	**-**	**(24.212,99)**	**-0,03%**
Recursos Garantidores	**-**	**-**	**186.944.086,36**	**100,00%**	**-**	**96.442.116,40**	**100,00%**

Descrição do Investimento	Enquad. Máximo	PGA			CONSOLIDADO	
	Res. 3.792	Pol. Invest.	R$	Δ %	R$	Δ %
Disponível	-	**-**	**16.737,19**	**0,70%**	**48.458,30**	**0,01%**
Renda Fixa	**Até 100%**	**100%**	**2.387.354,61**	**99,31%**	**426.717.765,51**	**91,97%**
Títulos Públicos			1.325.055,46	55,12%	240.004.090,48	51,73%
Créditos Privados e Depósitos			-	-	55.313.409,54	11,92%
Fundos de Investimentos			1.062.299,15	44,19%	131.400.265,49	28,32%
Renda Variável	**Até 70%**	**5%**	-	-	**16.528.597,08**	**3,56%**
Sociedade de Propósito Específico	-	-	-	-	9.829.320,08	2,12%
Fundo de Indice de Mercado	-			-	6.699.277,00	1,44%
Investimentos Estruturados	**20%**	-	-	-	**5.356.000,00**	**1,15%**
Fundo de Investimento Imobiliário	10%	-	-	-	5.356.000,00	1,15%
Investimentos Exterior	**10%**	**-**	**-**	**-**	**5.036.388,88**	**1,09%**
Fundo de Investimento Exterior	10%	-	-	-	5.036.388,88	1,09%
Investimentos Imobiliários	**8%**	-	-	-	**7.489.553,09**	**1,61%**
Empréstimos e Financiamentos	**15%**	-	-	-	**2.857.579,75**	**0,62%**
Depósitos Judiciais	**-**	**-**	-	-	**80.958,34**	**0,02%**
(-) Exigivel Operacional Investimentos	-	**-**	**(119,16)**	**0,00%**	**- 127.976,79**	**-0,03%**
Recursos Garantidores	**-**	**-**	**2.403.972,64**	**100,00%**	**463.987.324,16**	**100,00%**

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

3.5 Política de Investimentos para 2018

A Política de Investimentos, complementar a Resolução CMN nº 3792, rege a alocação dos recursos de cada um dos planos administrados pela Fundação, este documento é elaborado anualmente pela Diretoria Executiva, analisada pelo Comitê de Investimentos e é aprovada pelo Conselho Deliberativo, antes do exercício a que se refere. Na reunião do dia 13 de dezembro de 2017 o Conselho Deliberativo aprovou as Políticas de Investimentos para o exercício de 2018, registrado na ata nº 310 deste órgão.

Política de investimento Plano PBD-I

Alocação de Recursos			
Segmento	Mínimo%	Máximo %	Alvo%
Renda Fixa	0	100	94
Renda Variável	0	10	2
Imóveis	0	3	2
Operações com Participantes	0	1	0,5
Investimentos Estruturados	0	2	0,5
Investimentos no Exterior	0	4	1

Política de investimento Plano MISTO

Alocação de Recursos			
Segmento	Mínimo%	Máximo %	Alvo%
Renda Fixa	0	100	86
Renda Variável	0	10	5
Imóveis	0	3	1
Operações com Participantes	0	3	1
Investimentos Estruturados	0	10	5
Investimentos no Exterior	0	5	2

Política de investimento Plano PGS

Alocação de Recursos			
Segmento	Mínimo%	Máximo%	Alvo %
Renda Fixa	0	100	85
Renda Variável	0	10	5
Imóveis	0	4	2
Operações com Participantes	0	3	1
Investimentos Estruturados	0	10	5
Investimentos no Exterior	0	5	2

Política de investimento Plano PREVER

Alocação de Recursos			
Segmento	Mínimo%	Máximo %	Alvo%
Renda Fixa	0	100	80
Renda Variável	0	15	10
Imóveis	0	3	1
Operações com Participantes	0	5	2
Investimentos Estruturados	0	10	5
Investimentos no Exterior	0	5	2

Política de investimento PGA

Alocação de Recursos			
Segmento	Mínimo%	Máximo %	Alvo%
Renda Fixa	0	100	98,5
Renda Variável	0	5	1,5
Imóveis	0	0	0
Operações com Participantes	0	0	0
Investimentos Estruturados	0	0	0
Investimentos no Exterior	0	0	0

Meta Atuarial

A taxa mínima atuarial ou meta atuarial, é a taxa mínima de rentabilidade que deve ser alcançada pelos investimentos para que o plano de benefícios se mantenha equilibrado entre o ativo e o passivo.

Nos planos de Benefício Definido como o caso do PBD-I e PGS esta meta alcançada significa plano equilibrado, e, não alcançada ou superada, acarreta déficit ou superávit.
Nos planos de contribuição variável, como o Plano Misto, para os Participantes ativos a rentabilidade é alocada diretamente às contas individuais e, quando da aposentadoria vitalícia, a meta atuarial passa a ser o indicativo de juros para o cálculo do benefício.

Para planos de Contribuição Definida, como é o caso do Prever, não existe meta atuarial. É definida uma Meta de Rentabilidade como objetivo a ser alcançado, mas que não impacta nas reservas do plano.

Plano	Indexador	2016	2017
Plano de Benefício I - PBD-I	INPC	5,00%	4,39%
Plano de Benefícios II - Plano Misto	INPC	5,31%	5,31%
Plano Geral Saldado - PGS	INPC	5,30%	5,30%
Plano de Benefícios Prever*	INPC	5,31%	5,31%
Plano de Gestão Administrativa - PGA*	INPC	4,00%	4,00%
* Meta de Rentabilidade			

3.6 Análise do Ambiente Macroeconômico

Mesmo em meio as conturbações envolvendo o cenário político que gerou muita volatilidade nos preços dos ativos e que entravou a agenda de reformas esperada pelo mercado financeiro, o ano de 2017 pode ser considerando um ano positivo para os investidores de uma forma geral. Um dos aspectos mais importantes do ano foi, sem dúvida, a forte reversão das perspectivas para os índices de inflação, com o IPCA e o INPC fechando o ano abaixo da banda inferior da meta do fixada pelo Conselho Monetário Nacional, com o IPCA fechando em 2,95% e o INPC em 2,07%, fruto de política monetária altamente restritiva, combinada com um cenário externo favorável, com uma safra agrícola recorde e com o elevado nível de ociosidade da indústria, fruto da forte recessão dos últimos anos.

O COPOM atuou de forma cautelosa em relação ao afrouxamento da política monetária, derrubando a taxa básica de juros numa velocidade bastante inferior à queda verificada nos índices de inflação, de forma que o CDI acumulou no ano 9,93%, fazendo com que os investidores da renda fixa acumulassem um ganho real na casa de 6,78% no ano, sem grandes exposições de risco.

Por outro lado, os ativos indexados à inflação, atrelados ao IMA-B, mesmo com alguma volatilidade também experimentaram expressivos ganhos, com o IMA-B apresentando uma variação de 12,79% no ano, fruto da queda das taxas de juros iniciadas a partir do afrouxamento da política monetária.

Finalmente, o mercado de ações oscilou muito, e em muitos momentos do ano transitou da euforia à ao desespero e vice-versa, movidos ora pelo noticiário político e econômico local, ora pelo cenário externo. Mas, ao final do ano, acabou prevalecendo a recuperação do nível de atividade econômica e a queda dos juros que se refletiu na recuperação de resultado das empresas, que combinada com a alta liquidez internacional trouxe um forte fluxo de investidores externos para a bolsa de valores brasileira, fazendo com que a bolsa encerrasse o ano com ganho de 26,86% no IBOVESPA.

No entanto, os resultados positivos auferidos no ano de 2017, não podem automaticamente projetados para 2018, pois a consolidação da queda nas taxas de juros, combinado com a persistência de fatores geradores de risco no cenário local e internacional exigirão dos gestores uma capacidade de alocação de ativos capaz de otimizar a relação x risco retorno, transformando os momentos de volatilidade em oportunidades de ganhos.

Dentre os vários desafios que serão enfrentados pelos investidores em 2018 destaca-se a questão de perspectivas para o equacionamento do déficit público e suas pressões sobre a credibilidade do Brasil junto aos investidores internacionais, bem como o andamento do processo eleitoral .

Marco Antônio dos Santos Martins
Consultor de Investimentos
MARCO & MARCO CONSULTORES FINANCEIROS ASSOCIADOS S/S

Gestão Contábil

4.1 Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são relatórios que englobam informações que devem ser divulgadas pelas Fundações, respeitando as exigências dos Órgãos Reguladores, detalhadas na Nota Explicativa nº 3.

As referidas Demonstrações são uma representação monetária estruturada e tem como objetivo informar a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma Entidade, além de mostrar os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.

Estas informações, em conjunto com as constantes nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, auxiliam os participantes a estimar os resultados e os fluxos financeiros futuros da entidade.

Visando facilitar o entendimento dos Demonstrativos Contábeis e das Notas Explicativas deste Relatório, trazemos os conceitos de Ativo, Passivo e Patrimônio Social:

Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a mesma.

O Passivo corresponde às obrigações da Fundação, isto é, aos compromissos a serem pagos.

O Patrimônio Social, que faz parte do Passivo da Entidade, é amplamente analisado nas demonstrações contábeis e notas explicativas, por contemplar o Patrimônio de Cobertura dos Planos existente na Fundação, para honrar com os compromissos das Provisões Matemáticas, além dos Fundos Acumulados pela Entidade.

As Demonstrações Contábeis apresentadas neste documento seguirão a seguinte ordem:

1) Balanço Patrimonial;
2) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado - DMPS;
3) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL;
4) Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefício - DAL;
5) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano - DPT;
6) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado - DPGA.

Neste relatório as Demonstrações Contábeis serão apresentadas de forma individual, isto é, por Plano de Benefícios (PBD-I, Plano Misto, PGS, Prever e PGA) e Consolidadas, que representa a soma de todos os planos.

Os valores são expressos em milhares de reais (R$ mil), por exemplo, onde consta R$ 500 mil leia-se: R$ 500.000,00 (Quinhentos mil Reais).

A maioria dos demonstrativos compara o exercício atual com o exercício anterior, e leva em consideração os registros dos exercícios financeiros (neste relatório o exercício atual refere-se a 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017).

A coluna “Variação %”, dos demonstrativos, representa o acréscimo ou decréscimo ocorrido no ano atual em relação ao ano anterior.

4.1.1 Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017

O Balanço Patrimonial atesta, de forma consolidada, a situação patrimonial da entidade (ativo e passivo) por ocasião do encerramento do exercício, como apresentado no demonstrativo abaixo:

Quadro 1: Balanço Patrimonial Consolidado em 31/12/2017

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
DISPONÍVEL	**48**	**190**	**EXIGÍVEL OPERACIONAL**	**1.221**	**1.183**
REALIZÁVEL	**534.417**	**499.894**	GESTÃO PREVIDENCIAL	844	475
GESTÃO PREVIDENCIAL	69.988	71.887	GESTÃO ADMINISTRATIVA	249	478
GESTÃO ADMINISTRATIVA	362	368	INVESTIMENTOS	128	230
INVESTIMENTOS	464.067	427.639	**EXIGÍVEL CONTINGENCIAL**	**269**	**269**
TÍTULOS PÚBLICOS	240.004	244.590	GESTÃO PREVIDENCIAL	269	269
CRÉDITO PRIVADOS E DEPÓSITOS	55.313	84.038	**PATRIMÔNIO SOCIAL**	**533.045**	**498.651**
AÇÕES	9.829	12.409	**PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO**	**529.880**	**495.770**
FUNDOS DE INVESTIMENTO	148.492	78.202	**PROVISÕES MATEMÁTICAS**	**530.293**	**502.415**
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIO	7.490	6.305	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	343.625	343.606
EMPRÉSTIMOS	2.858	2.095	BENEFÍCIOS A CONCEDER	230.475	203.022
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	81	0	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-43.807	-44.213
PERMANENTE	**70**	**19**	**EQUILÍBRIO TÉCNICO**	**-413**	**-6.645**
IMOBILIZADO	70	19	RESULTADOS REALIZADOS	-413	-6.645
			(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-413	-6.645
			FUNDOS	**3.165**	**2.881**
			FUNDOS PREVIDENCIAIS	120	93
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	2.588	2.373
			FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	457	415
TOTAL DO ATIVO	**534.535**	**500.103**	**TOTAL DO PASSIVO**	**534.535**	**500.103**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Analisando o Balanço Patrimonial pode-se observar que houve um acréscimo de 6,88% no total do ativo de 2017 em relação a 2016.

O Déficit apresentado como Resultado Realizado reduziu em 93,78%, principalmente em decorrência do Plano Misto que se manteve superavitário após o equacionamento do Déficit Técnico Acumulado realizado em junho de 2016, devido ao processo de migração do Plano de Benefícios II – Plano Misto para o Plano de Benefícios Prever, e também pelo retorno dos investimentos dos planos que foi superior à meta atuarial prevista para 2017.

4.1.2. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)

A Demonstração da Mutação do Patrimônio Social de forma consolidada atesta as modificações do patrimônio social dos planos de benefícios por ocasião do encerramento do exercício, confrontando o patrimônio social atual com o anterior.

No demonstrativo abaixo, é possível analisar as adições (item 1), destinações (item 2) e o total de acréscimos ou decréscimos (item 3) ocorridos no patrimônio durante o ano.

Quadro 2: Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
	31/12/2017	31/12/2016	%
A) PATRIMONIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**498.651**	**446.068**	**11,79**
1. ADIÇÕES	**70.999**	**166.534**	**-57,37**
(+) CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIAIS	26.529	107.032	-75,21
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	41.372	56.472	-26,74
(+) RECEITAS ADMINISTRATIVAS	2.831	2.730	3,70
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO ADMINISTRATIVA	225	279	-19,35
(+) CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	42	21	100,00
2. DESTINAÇÕES	**-36.605**	**-113.951**	**-67,88**
(-) BENEFÍCIOS	-33.764	-111.118	-69,61
(-) CONSTITUIÇÃO LÍQUIDA DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	0	-130	-100,00
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-2.841	-2.703	5,11
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1+2)	**34.394**	**52.583**	**-34,59**
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	27.878	45.344	-38,52
(+/-) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	6.232	7.109	-12,34
(+/-) FUNDOS PREVIDENCIAIS	27	-197	-113,71
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	215	306	-29,74
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	42	21	100,00
B) PATRIMONIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	**533.045**	**498.651**	**6,90**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Observa-se no DMPS o aumento de 6,90% no Patrimônio Social no final do exercício de 2017 em relação ao de 2016.

4.1.3 Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL)

Este demonstrativo tem por finalidade evidenciar, de forma individual, as modificações do Ativo líquido (Patrimônio de Cobertura) dos planos de benefícios por ocasião do encerramento do exercício.

Na leitura do DMAL, encontramos o Patrimônio Social somando o Ativo Líquido no final do exercício(B) com os Fundos não Previdenciais (C).

Quadro 3: Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefício Definido-I/CNPB: 19810000747

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2017	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2016	VARIAÇÃO %
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**12.300**	**11.353**	**8,34**
1. ADIÇÕES	**1.197**	**1.687**	**-29,03**
(+) CONTRIBUIÇÕES	197	271	-27,31
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	1.000	1.416	-29,36
2. DESTINAÇÕES	**-778**	**-740**	**5,14**
(-) BENEFÍCIOS	-765	-728	5,08
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	-13	-12	8,33
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	**419**	**947**	**-55,76**
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.340	337	297,44
(+/-) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	-921	610	-250,98
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	**12.719**	**12.300**	**3,41**
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**1.012**	**917**	**10,41**
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	1.007	912	10,46
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	5	5	0,00

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No demonstrativo DMAL do Plano de Benefícios Definido, verifica-se um aumento no Ativo Líquido de 3,41%.

Quadro 4: Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefício II/CNPB: 2000008038

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2017	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2016	VARIAÇÃO %
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**156.445**	**203.542**	**-23,14**
1. ADIÇÕES	**22.589**	**44.974**	**-49,77**
(+) CONTRIBUIÇÕES	8.317	15.869	-47,59
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	14.272	29.105	-50,96
2. DESTINAÇÕES	**-10.505**	**-92.071**	**-88,59**
(-) BENEFÍCIOS	-9.832	-90.920	-89,19
(-) CONSTITUIÇÃO LÍQUIDA DE CONTIGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	0	-130	-100,00
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	-673	-1.021	-34,08
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	**12.084**	**-47.097**	**-125,66**
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	11.860	-50.932	-123,29
(+/-) FUNDOS PREVIDENCIAIS	27	-197	-113,71
(+/-) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	197	4.032	-95,11
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	**168.529**	**156.445**	**7,72**
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**814**	**1.102**	**-26,13**
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	476	792	-39,90
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	338	310	9,03

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No Plano Misto, no demonstrativo DMAL acima, visualiza-se aumento no Ativo Líquido de 7,72%.

Quadro 5: Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Geral Saldado/CNPB: 2008004783

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2017	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2016	VARIAÇÃO %
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**245.559**	**228.712**	**7,37**
1. ADIÇÕES	**25.975**	**36.374**	**-28,59**
(+) CONTRIBUIÇÕES	9.432	12.476	-24,40
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	16.543	23.898	-30,78
2. DESTINAÇÕES	**-20.827**	**-19.527**	**6,66**
(-) BENEFÍCIOS	-20.369	-19.092	6,69
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	-458	-435	5,29
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	**5.148**	**16.847**	**-69,44**
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	-1.808	14.380	-112,57
(+/-) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	6.956	2.467	181,97
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	**250.707**	**245.559**	**2,10**
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**792**	**664**	**19,28**
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	704	593	18,67
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	88	71	23,94

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No PGS o demonstrativo DMAL apresenta um aumento no Ativo Líquido de 2,10%.

Quadro 6: Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Prever/ CNPB: 2016.0006-19

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2017	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2016	VARIAÇÃO %
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**81.559**	**0**	**0,00**
1. ADIÇÕES	**19.847**	**82.063**	**-75,81**
(+) CONTRIBUIÇÕES	10.290	80.010	-87,14
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	9.557	2.053	365,51
2. DESTINAÇÕES	**-3.361**	**-504**	**566,87**
(-) BENEFÍCIOS	-2.798	-378	640,21
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	-563	-126	346,83
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	**16.486**	**81.559**	**-79,79**
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	16.484	81.559	-79,79
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	**98.045**	**81.559**	**20,21**
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**427**	**105**	**306,67**
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	401	78	414,10
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	26	27	-3,70

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Verifica-se no demonstrativo DMAL do Plano de Benefícios Prever um aumento no Ativo Líquido de 20,21%.

4.1.4 Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefício (DAL)

A Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefício equivale ao Balanço Patrimonial por plano de benefícios. O objetivo deste é evidenciar, de forma individual, a situação do ativo líquido (Patrimônio de Cobertura) de cada plano de benefícios por ocasião do encerramento do exercício.

A partir do exercício de 2015, a Fundação passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e a apresentá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16 de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25 de 17 de dezembro de 2015 (vide notas explicativas de nº 15 e nº 16).

Quadro 7: Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefício Definido-I/CNPB: 1981000747

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2017	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2016	VARIAÇÃO %
1. ATIVOS	**13.740**	**13.226**	**3,88**
DISPONÍVEL	3	4	-25,00
RECEBÍVEL	2.507	2.437	2,86
INVESTIMENTO	11.230	10.785	4,13
TÍTULOS PÚBLICOS	6.336	6.249	1,39
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	2.154	3.043	-29,22
AÇÕES	0	85	-100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTO	2.512	1.207	108,09
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	221	186	18,69
EMPRÉSTIMOS	7	15	-52,64
2.OBRIGAÇÕES	**9**	**9**	**0,00**
OPERACIONAL	9	9	0,00
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**1012**	**917**	**10,36**
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	1.007	912	10,42
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	5	5	0,00
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	**12.719**	**12.300**	**3,41**
PROVISÕES MATEMÁTICAS	11.089	9.749	13,74
SUPERÁVIT TÉCNICO	1.630	2.551	-36,10
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
A) EQUILÍBRIO TÉCNICO	1.630	2.551	-36,10
B)(+/-) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	359	254	41,34
C)(+/-) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO = (A+B)	1.989	2.805	-29,09

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No demonstrativo DAL acima, observa-se um aumento de 3,88% nos Ativos e que as Obrigações mantiveram o mesmo saldo de 2016. Também é possível notar um acréscimo de 10,36% nos Fundos Não Previdenciais, de 13,74% nas Provisões Matemáticas e redução de 36,10% no Superávit Técnico do plano, ocasionando o aumento de 3,41% no Ativo Líquido, conforme já visto no DMAL.

Quadro 8: Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios II/CNPB: 2000008038

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
	31/12/2017	31/12/2016	%
1. ATIVOS	**170.058**	**158.053**	**7,60**
DISPONÍVEL	10	123	-91,87
RECEBÍVEL	3.042	3.788	-19,69
INVESTIMENTO	167.006	154.142	8,35
TÍTULOS PÚBLICOS	108.226	90.927	19,02
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	22.408	31.540	-28,95
AÇÕES	3.558	3.921	-9,25
FUNDOS DE INVESTIMENTO	30.214	25.656	17,77
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.568	1.320	18,78
EMPRÉSTIMOS	951	778	22,21
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	81	0	0,00
2.OBRIGAÇÕES	**715**	**506**	**41,30**
OPERACIONAL	446	237	88,19
CONTINGENCIAL	269	269	0,00
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**814**	**1.102**	**-26,13**
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	476	790	-39,75
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	338	312	8,33
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	**168.529**	**156.445**	**7,72**
PROVISÕES MATEMÁTICAS	166.575	154.715	7,67
SUPERÁVIT TÉCNICO	1.834	1.637	12,04
FUNDOS PREVIDENCIAIS	120	93	29,03
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
A) EQUILÍBRIO TÉCNICO	1.834	1.637	12,04
B)(+/-) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	4.664	4.897	-4,76
C)(+/-) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO = (A+B)	6.498	6.534	-0,55

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No DAL do Plano Misto visualiza-se o aumento de 7,60% nos Ativos e de 41,30% nas Obrigações. Também redução de 26,13% nos Fundos Não Previdenciais, aumento de 7,67% nas Provisões matemáticas e de 12,04 no Superávit, ocasionando acréscimo de 7,72% no Ativo líquido, de acordo com o DMAL do Plano Misto.

Quadro 9: Demonstração do Ativo Líquido do Plano Geral Saldado/CNPB: 2008004783

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
	31/12/2017	31/12/2016	%
1. ATIVOS	**251.732**	**246.458**	**2,14**
DISPONÍVEL	5	5	0,00
RECEBÍVEL	64.738	65.852	-1,69
INVESTIMENTO	186.989	180.601	3,54
TÍTULOS PÚBLICOS	124.117	110.903	11,91
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	27.763	37.119	-25,21
AÇÕES	5.270	6.607	-20,23
FUNDOS DE INVESTIMENTO	24.230	21.271	13,91
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	4.895	4.120	18,81
EMPRÉSTIMOS	714	581	22,89
2.OBRIGAÇÕES	**233**	**235**	**-0,85**
OPERACIONAL	233	235	-0,85
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**792**	**664**	**19,28**
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	704	593	18,72
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	88	71	23,94
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	**250.707**	**245.559**	**2,10**
PROVISÕES MATEMÁTICAS	254.584	256.392	-0,71
DEFICIT TÉCNICO	-3.877	-10.833	-64,21
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
A) EQUILÍBRIO TÉCNICO	-3.877	-10.833	-64,21
B)(+/-) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	6.778	7.057	-3,95
C)(+/-) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO = (A+B)	2.901	-3.776	-176,83

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No demonstrativo DAL do PGS, visualiza-se um aumento de 2,14% nos Ativos e redução de 0,85% nas Obrigações. Nos Fundos Não Previdenciais um acréscimo de 19,28%, e redução de 0,71% nas Provisões matemáticas e de 64,21% no Déficit Técnico do Plano, resultando em aumento de 2,10% no Ativo líquido, de acordo com o DMAL do PGS.

Quadro 10: Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Prever/CNPB: 2016.0006-19

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2017	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2016	VARIAÇÃO %
1. ATIVOS	**98.756**	**81.888**	**20,60**
DISPONÍVEL	12	6	100,00
RECEBÍVEL	2.290	2.182	4,95
INVESTIMENTO	96.454	79.700	21,02
TÍTULOS PÚBLICOS	0	34.885	-100,00
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	2.988	12.335	-75,78
AÇÕES	1.001	1.798	-44,32
FUNDOS DE INVESTIMENTO	90.473	29.281	208,98
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	806	679	18,79
EMPRÉSTIMOS	1.186	722	64,32
2.OBRIGAÇÕES	**284**	**224**	**26,79**
OPERACIONAL	284	224	26,79
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**427**	**105**	**306,67**
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	401	78	414,10
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	26	27	-3,70
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	**98.045**	**81.559**	**20,21**
PROVISÕES MATEMÁTICAS	98.045	81.559	20,21

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Verifica-se no demonstrativo DAL do Plano de Benefícios Prever o aumento de 20,60% nos Ativos, de 26,79% nas Obrigações e de 306,67% nos Fundos Não Previdenciais, resultando em aumento de 20,21% no Ativo Líquido, de acordo com o DMAL do Prever.

4.1.5. Demonstração das Provisões Técnicas dos planos de benefícios (DPT)

As Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefício (DPT) evidenciam, de forma individual, a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pela FAPERS. Em suma, mostra os valores das obrigações presentes e futuras do plano com seus participantes.

Quadro 11: Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício Definido I/ CNPJ: 19810000747

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2017	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2016	VARIAÇÃO %
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4)	**12.733**	**12.314**	**3,40**
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	**11.089**	**9.749**	**13,74**
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	**9.794**	**8.660**	**13,09**
BENEFÍCIO DEFINIDO	9.794	8.660	13,09
1.2. BENEFÍCIO A CONCEDER	**1.295**	**1.089**	**18,94**
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUT.REGIME CAPITALIZAÇÃO PROGR.	**1.158**	**957**	**21,03**
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	1.158	957	21,03
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUT.REGIME CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGR.	**137**	**132**	**3,79**
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	137	132	3,79
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	**1.630**	**2.551**	**-36,11**
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	**1.630**	**2.551**	**-36,11**
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	**1.630**	**2.551**	**-36,11**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.630	1.850	-11,91
RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO	0	701	-100,00
3. FUNDOS	**5**	**5**	**0,00**
3.2. FUNDOS DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	5	5	0,00
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	**9**	**9**	**0,00**
4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	6	6	0,00
4.2. INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	3	3	0,00

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No Demonstrativo DPT do PBD-I, houve aumento de 13,74% nas Provisões Matemáticas e redução de 36,11% nos Resultados Realizados, ocasionando um acréscimo de 3,40% nas Provisões Técnicas do Plano.

Quadro 12: Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios II/CNPB: 2000008038

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2017	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2016	VARIAÇÃO %
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	**169.582**	**157.263**	**7,83**
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	**166.575**	**154.715**	**7,67**
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	**80.226**	**80.152**	**0,09**
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	3.895	4.189	-7,02
BENEFÍCIO DEFINIDO	76.331	75.963	0,48
1.2. BENEFÍCIO A CONCEDER	**88.603**	**77.034**	**15,02**
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	**88.603**	**77.034**	**15,02**
SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES)/INSTITUIDOR(ES)	33.884	28.276	19,83
SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES BENEFÍCIO DEFINIDO	54.719	48.758	12,23
1.3. PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	**-2.254**	**-2.471**	**-8,78**
(-) DÉFICIT EQUACIONADO	**-2.254**	**-2.471**	**-8,78**
(-) ASSISTIDOS	-2.254	-2.471	-8,78
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	**1.834**	**1.637**	**12,04**
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	**1.834**	**1.637**	**12,04**
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	1.834	1.637	12,04
3. FUNDOS	**458**	**405**	**13,09**
3.1. FUNDOS PREVIDENCIAIS	120	93	29,03
3.2. FUNDOS DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	338	312	8,33
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	**446**	**237**	**88,19**
4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	395	187	110,84
4.2. INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	51	50	2,00
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	**269**	**269**	**0,00**
5.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	269	269	0,00

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No Demonstrativo DPT do Plano Misto verifica-se o aumento de 7,67% nas Provisões Matemáticas, de 13,09% nos Fundos e de 88,19% no Exigível Operacional, ocasionando um acréscimo de 7,83% nas Provisões Técnicas do Plano.

Quadro 13: Demonstração das Provisões Técnicas do Plano Geral Saldado/CNPJ: 2008004783

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2017	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2016	VARIAÇÃO %
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4)	**251.028**	**245.865**	**2,10**
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	**254.584**	**256.392**	**-0,71**
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	**242.716**	**244.764**	**-0,84**
BENEFÍCIO DEFINIDO	242.716	244.764	-0,84
1.2. BENEFÍCIO A CONCEDER	**53.421**	**53.370**	**0,10**
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUT.REGIME CAPITALIZAÇÃO PROGR.	**42.224**	**42.599**	**-0,88**
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	42.224	42.599	-0,88
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUT.REGIME CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGR.	**11.197**	**10.771**	**3,96**
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	11.197	10.771	3,96
1.3. PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	**-41.553**	**-41.742**	**-0,45**
(-) DÉFICIT EQUACIONADO	**-41.553**	**-41.742**	**-0,45**
(-) ASSISTIDOS	-41.553	-41.742	-0,45
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	**-3.877**	**-10.833**	**-64,21**
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	**-3.877**	**-10.833**	**-64,21**
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-3.877	-10.833	-64,21
3. FUNDOS	**88**	**71**	**23,94**
3.2. FUNDOS DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	88	71	23,94
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	**233**	**235**	**-0,85**
4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	183	186	-1,61
4.2. INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	50	49	2,04

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No DPT do PGS houve redução de 0,71% nas Provisões Matemáticas, de 64,21% no Déficit Técnico do Plano e de 0,85% no Exigível Operacional, e aumento de 23,94% nos Fundos, ocasionando um acréscimo de 2,10% nas Provisões Técnicas do Plano.

Quadro 14: Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Prever/ CNPB: 2016.0006-19

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2017	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2016	VARIAÇÃO %
PROVISÕES TÉCNICAS (1+3+4)	**98.355**	**81.810**	**20,22**
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	**98.045**	**81.559**	**20,21**
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	**10.889**	**10.030**	**8,56**
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	10.889	10.030	8,56
1.2. BENEFÍCIO A CONCEDER	**87.156**	**71.529**	**21,85**
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	**87.156**	**71.529**	**21,85**
SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES)/INSTITUIDOR(ES)	5.649	1.016	456,00
SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES BENEFÍCIO DEFINIDO	81.507	70.513	15,59
3. FUNDOS	**26**	**27**	**-3,70**
3.2. FUNDOS DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	26	27	-3,70
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	**284**	**224**	**26,79**
4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	260	96	170,83
4.2. INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	24	128	-81,25

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No DPT do Prever verifica-se aumento de 20,21% nas Provisões Matemáticas, de 26,74% no Exigível Operacional e redução de 3,70% nos Fundos. O Plano de Benefícios Prever não apresenta Equilíbrio Técnico por se tratar de um plano de contribuição definida.

4.1.6. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) Consolidada

O DPGA mostra as receitas e as despesas administrativas, bem como o Fundo Administrativo Acumulado da Fundação.

No demonstrativo abaixo, verifica-se o resultado da gestão administrativa da Fundação na administração dos planos de benefícios, por ocasião do encerramento do exercício, de forma consolidada.

Quadro 15: Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2017	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2016	VARIAÇÃO %
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**2.373**	**2.067**	**14,80**
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	**3.056**	**3.009**	**1,56**
1.1. RECEITAS	**3.056**	**3.009**	**1,56**
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DA GESTÃO PREVIDENCIAL	1.707	1.594	7,09
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIMENTOS	1.111	1.053	5,51
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	7	3	133,33
RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS	225	279	-19,35
OUTRAS RECEITAS	6	80	-92,50
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**-2.841**	**-2.703**	**5,11**
2.1 ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	**-1.730**	**-1.653**	**4,66**
PESSOAL E ENCARGOS	-1.058	-959	10,32
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	-20	-10	100,00
VIAGENS E ESTADIAS	-35	-32	9,38
SERVIÇOS DE TERCEIROS	-416	-458	-9,17
DESPESAS GERAIS	-178	-175	1,71
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	-5	-3	66,67
TRIBUTOS	-18	-16	12,50
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	**-1.111**	**-1.050**	**5,81**
PESSOAL E ENCARGOS	-705	-638	10,50
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	-14	-7	100,00
VIAGENS E ESTADIAS	-23	-20	15,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS	-235	-255	-7,84
DESPESAS GERAIS	-119	-116	2,59
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	-3	-2	50,00
TRIBUTOS	-12	-12	0,00
6. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2)	**215**	**306**	**-29,74**
7. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (6)	**215**	**306**	**-29,74**
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7)	**2.588**	**2.373**	**9,06**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Neste demonstrativo do Plano de Gestão Administrativa, verifica-se aumento de 1,56% nas receitas, de 5,11% nas despesas e de 9,06% no saldo do Fundo Administrativo Acumulado.

Notas Explicativas

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, constituída pelo Patrocinador Instituidor Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR, sob forma de Sociedade Civil, sem fins lucrativos. Regulamentada pela Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001 e pela Lei Complementar nº 108 de 29 de maio de 2001 para fins de paridade contributiva, bem como pelas normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, através da Secretaria de Previdência Complementar - SPC. Com relação à gestão dos Recursos Garantidores das Provisões Matemáticas, segue as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, através do Banco Central do Brasil - Bacen, com autorização de funcionamento concedida através da Portaria MPAS nº 2.463, de 24 de março de 1981, e início efetivo de suas atividades em maio de 1981.

Os objetivos da Fundação são administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária, aos empregados vinculados aos patrocinadores, aos associados, aos instituidores e grupos familiares dos mesmos, pagar benefícios previdenciais e promover o bem-estar social dos seus destinatários.

Os recursos de que a Fundação dispõe para seu funcionamento são provenientes das contribuições dos patrocinadores e de seus participantes, e pelos rendimentos obtidos nas aplicações desses recursos.

Os recursos dos planos de benefícios e da gestão administrativa são aplicados de acordo com os critérios estabelecidos na Política de Investimentos, segregados e individualizados nos Investimentos, conforme documentação do custodiante Banco Bradesco S/A.

NOTA 2 – PLANOS DE BENEFÍCIOS

Plano de Benefício Definido I - PBD-I - quando de sua constituição em 24 de março de 1981, a Fundação implantou o Plano de Benefício Definido, que foi aprovado por meio da portaria nº 2.463, expedida pelo Ministro da Previdência e Assistência Social. O referido Plano sofreu as seguintes alterações:

- Em 21 de novembro de 2000, por meio do Ofício nº 3.321 SPC/COJ, passando a denominar-se de Plano de Benefício Definido I – PBD-I;

- Em 06 de abril de 2006, por meio do Ofício nº 1.118 /SPC/DETEC/CGAT;

- Em 09 de outubro de 2007, por meio do Ofício nº 3867/SPC/DETEC/CGAT;

- Em 26 de dezembro de 2008, por meio do Ofício nº 4278/SPC/DETEC.

- Em 31 de dezembro de 2017, o PBD-I contava com o total de 15 participantes.

Plano de Benefícios II – Plano Misto - em fevereiro de 2001, a Fundação, por ocasião da reforma de seu Estatuto, instituiu um novo plano de benefícios previdenciário, na modalidade Contribuição Variável, chamado de Plano Previdenciário Misto, tendo seu Regulamento aprovado por meio do Ofício nº 3.321 SPC/COJ, de 21 de novembro de 2000. O referido Plano sofreu as seguintes alterações:

- Em 06 de abril de 2006, por meio do Ofício nº 1.117 /SPC/DETEC/CGAT, passando a denominar-se Plano de Benefícios II – Plano Misto;

- Em 09 de outubro de 2007, por meio do Ofício nº 3865/SPC/DETEC/CGAT;

- Em 26 de dezembro de 2008, foi aprovada a Cisão do Plano Misto, por meio do Ofício nº 4279/SPC/DETEC/CGAT;

- Em 15 de junho de 2016, por meio do Ofício nº 1737/CGTR/DITEC/PREVIC e Parecer 104/2016/CGTR/DITEC/PREVIC, foram aprovadas as alterações propostas ao regulamento do Plano Misto, bem como o Termo Geral de Migração de Planos de Benefícios e Transferência de Ativos para o Plano de Benefícios Prever.

Em 31 de dezembro de 2017, o Plano Misto contava com o total de 1.240 participantes.

Plano Geral Saldado - PGS - Em 26 de dezembro de 2008 foi autorizada a aplicação do

Regulamento do Plano Geral Saldado, por meio do Ofício nº 4279/SPC/DETEC/CGAT e Portaria MPS/SPC nº 2692 publicada no Diário Oficial da União em 29/12/2008, sendo a vigência do Plano a partir de 01 de janeiro de 2010. O referido Plano sofreu as seguintes alterações:

- Em 27 de agosto de 2014, por meio do Ofício nº 2749/CGAT/DITEC/PREVIC;
- Em 15 de janeiro de 2015, por meio do Ofício nº 90/CGAT/DITEC/PREVIC.

Em 31 de dezembro de 2017, o PGS contava com o total de 684 participantes.

Plano de Benefícios Prever – Plano de benefícios previdenciário na modalidade de Contribuição Definida, vigente desde 16 de junho de 2016, a partir da aprovação do seu Regulamento por meio da Portaria nº 271 emitida pela Diretoria de Análise Técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, a qual foi publicada no Diário Oficial da União - DOU em 16 de junho de 2016.
A implantação do Plano de Benefícios Prever ocorreu a partir da aprovação do processo de migração voluntária de participantes e assistidos do Plano Misto.

Em 31 de dezembro de 2017 o Prever contava com o total de 941 participantes.

NOTA 3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em cumprimento à Resolução CNPC nº 01 de 03 de março de 2011, Resolução MPS/CGPC nº 29 de 31 de agosto de 2009, Resolução CFC nº 1.272 de 22 de janeiro de 2010, Resolução MPS/CNPC n° 8 de 31 de outubro de 2011 e pela Instrução MPS/SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, alterada pela IN nº 6 de 13 de novembro de 2013 e pela IN nº 25 de 17 de dezembro de 2015.

A IN nº 25 de 17 de dezembro de 2015 alterou os incisos do artigo 2º da IN MPS/SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, e determinou em seu Anexo C os modelos e instruções de preenchimento das Demonstrações Contábeis a serem elaboradas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, que serão compostas pelo Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado - DMPS, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL, por Plano de Benefícios, Demonstração do Ativo Líquido – DAL, por Plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, Consolidada, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, por Plano de

Benefícios (facultativa) e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.

A partir do exercício de 2015, a Fundação passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e a apresentá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16 de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25 de 17 de dezembro de 2015 (vide notas explicativas de nºs. 15 e 16).

Os balancetes da Fundação são emitidos por plano de benefícios, com a finalidade de dar maior transparência na apuração dos resultados e manter o controle das migrações de recursos entre as diferentes gestões e planos de benefícios. As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, em conformidade com as normas específicas aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar. A Entidade declara que todas as informações relevantes, e somente as relevantes, estão sendo divulgadas nas Notas Explicativas.

NOTA 4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Fundação para elaboração das demonstrações contábeis foram as seguintes:

4.1 – O resultado é apurado pelo regime de competência, o mesmo se aplicando aos rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio, e representam de forma analítica o resultado líquido apurado em cada Gestão e Plano.

4.2 – Os registros contábeis relativos às Contribuições de 13º Salários de 2017, de patrocinadores e participantes vinculados ao Plano Prever, foram realizados na data do efetivo recebimento das mesmas, respeitando o prazo previsto no regulamento do Plano de Benefícios, de acordo com o disposto nas Normas Gerais da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, no item 8 do Anexo C.

4.3 – Os Títulos Públicos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002.

4.4 – Os Títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos para negociação são ajustados pelo valor de mercado, de responsabilidade da entidade a apuração deste valor, em consonância com as normas determinadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme determina a Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002.

4.5 – As ações adquiridas são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, avaliadas pelo valor de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, procedimento adotado desde julho de 2008, em conformidade com as disposições da Resolução CGPC n° 25, de 30 de junho de 2008.

4.6 – As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial publicado ou pelo custo, dos dois o que for menor.

4.7 – Os montantes relativos aos Fundos de Investimentos são representados pelo valor de suas cotas na data da última cotação de cada mês de competência.

4.8 – Os Investimentos Imobiliários estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações. São depreciados (exceto terrenos) pelas taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente fixada nos laudos de reavaliação.

4.9 – Os Empréstimos correspondem a empréstimos simples e seu saldo inclui principal, juros e atualização monetária de cada mês de competência.

4.10 – Foram constituídas provisões referentes aos direitos creditórios de liquidação duvidosa para Contribuições e Empréstimos dos Planos de Benefícios, seguindo os critérios definidos na Instrução SPC/MPS n.º 34 de 24/09/2009, no item 11, referente aos procedimentos operacionais do Anexo 'A', conforme quadro abaixo.

Quadro 01 - Prazos e percentuais aplicados na Constituição de PCLD

Atraso de	% aplicado s/valor dos créditos vencidos e vincendos
61 a 120 dias	25%
121 a 240 dias	50%
241 a 360 dias	75%
Superior a 360 dias	100%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

4.11 – Os bens que constituem o Ativo Permanente estão devidamente corrigidos pela variação da UFIR até 31/12/1995. Os bens adquiridos após esta data estão registrados pelo custo de aquisição e são depreciados ou amortizados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bem, conforme determina a Resolução nº 05, de 30/01/2002, alterada pela Resolução nº 10, de 05/07/2002 do MPAS e a partir de 2010 de acordo com a Instrução nº 34 da SPC/MPS, de 24 de setembro de 2009.

Quadro 02 - resumo do Ativo Permanente em 31/12/17 - R$ MIL

Descrição	Taxa de Depreciação / Amortização	Custo	Depreciação / Amortização Acumulada	Valor residual
Ativo Permanente				**70**
Imobilizado				
Móveis e Utensílios	10%a.a.	61	-52	9
Máquinas e Equipamentos	10%a.a.	47	-46	1
Computadores e Periféricos	20%a.a.	96	-56	40
Direito de Uso de Telefone		8	-	8
Marcas e Patentes		2	-	2
		214	**-154**	**60**
Intangível				
Softwares	20%a.a.	82	-72	10
		82	**-72**	**10**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

NOTA 5 – MIGRAÇÃO ENTRE PLANOS DE BENEFÍCIOS

Em dezembro 2016, foi concluído o processo de migração do Plano de Benefícios II – Plano Misto para o Plano de Benefícios Prever, aprovado por meio da Portaria nº 271 emitida pela Diretoria de Análise Técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 16 de junho de 2016.

A referida Portaria estabeleceu as regras para o processo de migração de participantes e assistidos e suas respectivas reservas matemáticas do Plano de Benefícios II - Plano Misto para o Plano de Benefícios Prever, e também aprovou o Termo Geral de Migração de Planos de Benefícios e Transferência de Ativos, firmado entre a Fundação e o Patrocinador ASCAR.

Em 2017 a Fundação recebeu os Pareceres de nº 475/2017/CTR/CGTR/DILIC e nº 737/2017/CTR/CGTR/DILIC, da PREVIC, que dizem respeito a análise do órgão regulador sobre a finalização do processo de migração, os quais estão sendo avaliados pela Entidade para posterior atendimento das exigências, sendo o prazo final para resposta, determinado pela PREVIC, para 11 de abril de 2018.

Algumas das exigências para homologação da migração supracitada, a Entidade entendeu como pertinentes e realizou os registros em 31 de dezembro de 2017, conforme descritos nos itens a seguir.

5.1 – PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO

Os valores referentes a participação dos Planos de Benefícios no saldo Acumulado do Fundo Administrativo, no momento da transferência, permaneceram no plano de origem. Entretanto, com base no parecer atuarial 066/2017 da Equipe Atuarial, em 31/12/2017 foi reconhecido contabilmente o valor de R$ 284 mil, referentes a parcela do Plano Prever que se encontrava no Plano Misto, conforme quadros demonstrativos abaixo:

Quadro 03 - Apuração do Fundo Administrativo do Plano Prever em 30/11/2016 - R$ MIL

Descrição	Fundo Administrativo em 30/11/2016 (*)	%
Plano de Benefícios II - Plano Misto	497	66,05
Plano de Benefícios Prever	256	33,95
Total	753	100,00

(*) Critério de Apuração refere-se a relação percentual dos participantes que migraram.

Fonte: Controladoria

Quadro 04 - Correção da parcela do Fundo Administrativo do Plano Prever em 31/12/2017 - RS MIL

Descrição	Fundo Administrativo em 30/11/2016	Correção (*)	Total
Plano de Benefícios Prever	256	28	284

(*) Critério da atualização monetária: rentabilidade do Plano de Gestão Administrativa de dez/2016 a dez/2017

5.2 – PARTICIPAÇÃO NO FUNDO DE INVESTIMENTOS

Alteração no critério de apuração do fundo de investimentos, com base no parecer atuarial 066/2017 da Equipe Atuarial, que se refere exclusivamente a cobertura de risco para os empréstimos concedidos, reconhecido no balancete de 31/12/2017 o valor R$ 14 mil, apurado conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 05 - Composição do Fundo de Investimentos por plano de benefícios na data efetiva da migração

Data	Descrição	Migração do Plano Misto para Plano Prever - R$ Mil				
		Valor Transferido Dez/2016	Valor Correto	Diferença a maior/menor	Correção (*)	Diferença atualizada em 31/12/2017
13/12/2016	Fundo de Cobertura por Morte ou Invalidez	26	11	15	1	16
13/12/2016	Fundo Garantidor Empréstimos p/Inadimplência -FGE	1	3	-2	0	-2
13/12/2016	Total	27	14	13	1	14

(*) Critério de atualização foi a cota patrimonial dos planos envolvidos.

Fonte: Controladoria

NOTA 6 – CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS E DÉFICT TÉCNICO

6.1 – CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS - EM 24 DE ABRIL DE 2013

O montante das Contribuições Contratadas registradas na escritura do Instrumento Público de Confissão de Dívida firmado em 30/11/2000 entre a Fundação e o Patrocinador ASCAR foi recomposto em 29 de dezembro de 2009 através de Escritura de Re-Ratificação de Confissão Dívida. Em 09 de março de 2012, a Fundação e a ASCAR protocolaram junto a Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da PREVIC, requerimento para instauração de procedimento de mediação e conciliação com vista a solucionar o litígio envolvendo a dívida do Patrocinador ASCAR com a Entidade, cuja homologação ocorreu em 10 de outubro de 2012. Para a formalização e firmamento dos novos contratos, houve a necessidade de buscar a homologação judicial do acordo e o consequente arquivamento das ações judiciais anteriores. A homologação do acordo deu-se em 15 de fevereiro de 2013 conforme nota de expediente nº 5017 da Décima Terceira Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre/RS.

As novas escrituras de Confissão de Dívida foram pactuadas e assinadas entre a Fundação e o Patrocinador ASCAR em 24 de abril de 2013. Nesta mesma data, com o objetivo de formalizar o compromisso do Patrocinador Fundação com seus participantes, foram firmados Termos de Confissão de Dívida.

Durante as negociações da dívida do Patrocinador, houve a necessidade de segregação do montante da dívida em dois contratos: um contendo a dívida financeira e outro com o déficit atuarial, em função da origem das dívidas.

Assim, considerando os novos fatos geradores acima descritos e a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do PGS, base Janeiro/2013, emitido pela empresa Equipe Atuarial em maio/2013, houve a necessidade de reclassificação contábil da dívida atuarial e da dívida financeira dos planos de benefícios PBD-I e PGS, contabilizada em 24/04/2013, como segue nos itens abaixo.

6.1.1 - DÍVIDA FINANCEIRA

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PBD-I - PATROCINADOR ASCAR

De acordo com a Escritura Pública de Confissão de Dívida do Plano de Benefício Definido I de n.º 22.807, registrada no Livro n.º 125 e folhas n.º 83 e 84 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, firmada entre as partes em 24 de abril de 2013, a dívida financeira da ASCAR para com a Fundação passou a ser de R$ 1.253 mil na data base de 31/01/2013, corrigido pelo INPC + 6% de juros ao ano até a data da escritura.

A dívida deverá ser saldada pela ASCAR no prazo de 21 anos, ou seja, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 6% de juros ao ano, sendo o último vencimento no dia 30 de abril de 2034.

Em 2017, as parcelas contratadas foram recebidas nos prazos estabelecidos, no total de R$ 140 mil.

O valor atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 1.497 mil.

PLANO GERAL SALDADO – PGS - PATROCINADOR ASCAR

De acordo com a Escritura Pública de Confissão de Dívida do Plano Geral Saldado de n.º 22.808, registrada no Livro n.º125 e folhas n.º 85 e 86 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, firmada entre as partes em 24 de abril de 2013, a dívida financeira da ASCAR para com a Fundação passou a ser de R$ 18.537 mil, na data base de 31/01/2013, corrigido pelo INPC + 6% de juros ao ano até a data da escritura.

A dívida deverá ser saldada pela ASCAR no prazo de 21 anos, ou seja, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 6% de juros ao ano, tendo o último vencimento no dia 30 de abril de 2034.

Em 2017, as parcelas contratadas foram recebidas nos prazos estabelecidos, no total de R$ 2.059 mil.

O valor atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 21.733 mil.

6.1.2 – DÍVIDA ORIUNDA DO DÉFICIT ATUARIAL

PLANO GERAL SALDADO – PGS – PATROCINADOR ASCAR

De acordo com a Escritura Pública de Confissão de Dívida e outras avenças do Plano Geral Saldado, de n.º 22.806, registrada no Livro n.º125 e folhas n.º 81 e 82 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, firmada entre as partes em 24 de abril de 2013, data base de 31/01/2013, corrigido pelo INPC + 6% de juros ao ano até a data da escritura, a dívida atuarial total com a Fundação era de R$ 70.732 mil, equacionada de forma paritária (50/50), de acordo com a Lei Complementar n.º 108/2001, entre Patrocinador ASCAR, participantes e assistidos, conforme Parecer n.º 92/2012/PF-PREVIC/PGF/AGU de 23/07/2012 e Parecer Complementar SIPPS 357096163, de 02/10/2012.

O montante principal de R$ 35.366 mil que compete ao patrocinador ASCAR foi registrado em 24 de abril de 2013.

A dívida que compete ao Patrocinador ASCAR deverá ser saldada no prazo de 21 anos, ou seja, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 6% de juros ao ano, tendo o último vencimento no dia 30 de abril de 2034.

O valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 42.258 mil, sendo que as parcelas contratadas para este ano foram recebidas nos prazos estabelecidos, no total de R$ 3.966 mil.

Os outros R$ 35.366 mil citados na escritura como dívida dos participantes, serão equacionados com contribuições extraordinárias, de acordo com a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do PGS emitida pela Equipe Atuarial Ltda em 27 de maio de 2013, sendo classificados como segue:

Participantes Ativos Não Elegíveis – Este grupo teve o seu benefício saldado reduzido de forma vitalícia em 15,47%, no montante acumulado de R$ 2.518 mil.

Participantes Ativos Elegíveis e Assistidos – O montante que compete a este grupo era R$ 32.848 mil, equacionados conforme segue:

Participantes Ativos Elegíveis - Participantes que já cumpriram todas as exigibilidades para o recebimento do benefício, entretanto ainda não estão em gozo do mesmo.

Pagarão contribuições no prazo de 21 anos, cuja taxa é de 20,17% calculada sobre o valor de cada benefício, inclusive o abono anual, a partir da inclusão do mesmo em benefício, quando passará a ser participante assistido.

Participantes Assistidos – Pagarão Contribuições Extraordinárias mensalmente descontadas em folha de benefícios, no prazo de 21 anos, cuja taxa é de 20,17% calculada sobre o valor de cada benefício, inclusive o abono anual.

Em 2017 as parcelas citadas foram devidamente descontadas nas folhas de benefícios do corrente ano, no total de R$ 3.974 mil.

PLANO GERAL SALDADO – PGS – PATROCINADOR FUNDAÇÃO

De acordo com o Termo de Confissão de Dívida do Plano Geral Saldado, firmado em 24 de abril de 2013, data base de 31/01/2013, a dívida referente ao déficit atuarial do Patrocinador Fundação para com o PGS era de R$ 306 mil, corrigido pelo INPC + 6% ao ano de juros até a data do termo, equacionada de forma paritária (50/50), de acordo com o artigo 21 da Lei Complementar 109/2001, entre o patrocinador Fundação e seus empregados.

O patrocinador Fundação reconheceu a dívida de R$ 153 mil e se comprometeu a saldá-la no prazo de 21 anos, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações, sendo o vencimento da última em 30 de abril de 2034. Após 24 de abril de 2013 as demais parcelas também serão corrigidas pelo INPC + 6% ao ano de juros.

O saldo da dívida do PGS a receber do Patrocinador Fundação foi quitado pelo Plano de Gestão Administrativa – PGA em 31 de maio de 2017, no valor total de R$ 186 mil.

Os outros R$ 153 mil citados no Termo como dívida dos participantes, serão equacionados com contribuições extraordinárias de acordo com a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do PGS emitida pela Equipe Atuarial Ltda em 27 de maio de 2013, sendo contabilmente classificados como segue:

Participantes Ativos Não Elegíveis – Este grupo teve o seu benefício saldado reduzido de forma vitalícia em 15,47%, no montante acumulado de R$ 11 mil.

Participantes Ativos Elegíveis – O montante que compete a este grupo era R$ 142 mil.

Participantes que já cumpriram todas as exigibilidades para o recebimento do benefício, entretanto ainda não estão em gozo do mesmo.

Participantes Assistidos – Não há.

6.2 – EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT TÉCNICO DO PLANO MISTO - EM 28 DE JUNHO DE 2013

No dia 28 de junho de 2013 foi firmada entre Patrocinador ASCAR e Fundação a Escritura Pública de Confissão de Dívida Do Plano Misto de n.º 23.091, registrada no Livro n.º 127 e folhas n.º 07 e

08 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, referente ao equacionamento do Déficit Técnico do Plano Misto.

Na mesma data, com o objetivo de formalizar o compromisso do Patrocinador Fundação, foi firmado um Termo de Confissão de Dívida.

Por determinação da Lei Complementar n.º 108/2001 e do Parecer n.º 92/2012/PF-PREVIC/PGF/AGU de 23/07/2012 e Parecer Complementar SIPPS 357096163, de 02/10/2012, a dívida do Plano Misto será suportada paritariamente (50/50) entre patrocinadores e participantes ativos e assistidos.

Para os registros contábeis da dívida do Plano Misto consideramos como fato gerador, além da Escritura e do Termo acima citados, a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do Plano Misto emitida pela empresa Equipe Atuarial Ltda em 05 de julho de 2013.

O montante total do déficit técnico considerado foi de R$ 7.628 mil, registrado em 28 de junho de 2013, conforme a Nota Técnica dos atuários já mencionada, com base nos resultados de dezembro/2012, utilizando-se a tábua AT 2000 e taxa de juros de 5,5% ao ano.

6.2.1 - PATROCINADOR ASCAR

Foi pactuado que a dívida de R$ 3.787 mil que compete ao patrocinador ASCAR deverá ser saldada no prazo de 7 anos, ou seja, através de 84 (oitenta e quatro) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 5,5% de juros ao ano, tendo o último vencimento no dia 02 de julho de 2020.

Em 13 de dezembro de 2016, em decorrência do processo de migração do Plano Misto para Plano Prever, realizou-se a transferência de R$ 971 mil da dívida referente ao patrocinador ASCAR para Déficit Técnico a Contratar do Plano Prever.

O valor atualizado da dívida do Plano Misto do Patrocinador ASCAR em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 1.397 mil, sendo que as prestações contratadas para este ano foram recebidas nos prazos estabelecidos, no total de R$ 591 mil.

6.2.2 - PATROCINADOR FUNDAÇÃO

De acordo com o Termo de Confissão de Dívida do Plano de Benefícios II - Plano Misto, firmado em 28 de junho de 2013, data base 31 de dezembro de 2012, a dívida referente ao déficit atuarial do Patrocinador Fundação para com o Plano Misto era de R$ 27 mil, corrigido pelo INPC + 5,5% ao ano de juros até a data do termo, equacionada de forma paritária (50/50), de acordo com o artigo 21 da Lei Complementar 109/2001, entre o patrocinador Fundação e seus empregados.

O patrocinador Fundação se comprometeu a saldá-la no prazo de 7 anos, ou seja, através de 84

(oitenta e quatro) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 5,5% de juros ao ano, tendo o último vencimento no dia 02 de julho de 2020.

Em 13 de dezembro de 2016, em decorrência do processo de migração do Plano Misto para Plano Prever, realizou-se a transferência de R$ 7 mil da dívida referente ao patrocinador Fundação para Déficit Técnico a Contratar do Plano Prever.

O saldo da dívida do Plano Misto a receber do Patrocinador Fundação foi quitado pelo Plano de Gestão Administrativa – PGA em 30 de abril de 2017, no valor total de R$ 12 mil.

6.2.3 - PARTICIPANTES

De acordo com a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do Plano Misto de 05/07/2013, a parte da dívida que compete aos participantes ativos será equalizada por meio de redução da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder e o equacionamento dos participantes assistidos se dará por contribuições extraordinárias futuras, descontadas em folha de benefícios, desde agosto de 2013, tanto para participantes da ASCAR quanto Fundação.

Em 2017 as parcelas citadas foram devidamente descontadas nas folhas de benefícios do corrente ano, sendo da ASCAR o total de R$ 405 mil, e da Fundação valor total inferior a R$ 1 mil.

6.3 – CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS DO PLANO PREVER EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO DE MIGRAÇÃO DO PLANO MISTO PARA O PLANO PREVER - EM 13 DE DEZEMBRO DE 2016

Em 13 de dezembro de 2016, em decorrência do processo de migração do Plano Misto para Plano Prever, realizou-se a transferência de R$ 971 mil da dívida referente ao patrocinador ASCAR para Déficit Técnico a Contratar do Plano Prever.

Considerando o disposto no Termo Geral de Migração de Planos de Benefícios e Transferência de Ativos e o estudo realizado pela Equipe Atuarial Ltda, descrito na carta CA/027-2016/EA, a Entidade utilizou o percentual de rateio de 34,31% para segregação do saldo remanescente necessário para compor o valor de transferência do Patrimônio Líquido do Plano Prever.

O montante referente ao Patrocinador ASCAR foi de R$ 971 mil, a ser saldado no prazo de três anos e seis meses, ou seja, através de 42 (quarenta e duas) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 5,5% de juros ao ano, vencendo a primeira em 03 de janeiro de 2017 e tendo o último vencimento no dia 02 de junho de 2020. O registro contábil foi realizado em 13 de dezembro de 2016 na conta Déficit Técnico a Contratar (1.2.1.1.99.01.02), pois o Aditivo da Escritura Pública foi assinado entre as partes em 16 de março de 2017, sob nº 28802.

O valor atualizado da dívida do Plano Prever do Patrocinador ASCAR em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 730 mil, sendo que as prestações contratadas para este ano foram recebidas nos prazos estabelecidos, no total de R$ 308 mil.

O valor da dívida que compete ao Patrocinador Fundação foi de R$ 7 mil, de acordo com o Aditivo do Termo de Confissão de Dívida do Plano Prever, firmado em 13 de dezembro de 2016. O mesmo se comprometeu a saldá-la no prazo de três anos e seis meses, ou seja, através de 42 (quarenta e duas) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 5,5% de juros ao ano, vencendo a primeira em 03 de janeiro de 2017 e tendo o último vencimento no dia 02 de junho de 2020.

Em 30 de abril de 2017, o Plano Prever recebeu do Plano de Gestão Administrativa – PGA o saldo da dívida, no valor total de R$ 6 mil.

NOTA 7 – DEPÓSITO JUDICIAL

Em 31 de dezembro de 2016 o valor total de Depósitos Judiciais era de R$ 260 mil, sendo R$ 244 mil do Plano Misto e R$ 16 mil do PGS.

Conforme descrito no Relatório Circunstanciado nº 006/2017 do Núcleo de Contabilidade, verificou-se que todos os depósitos judiciais existentes foram contabilizados na Gestão Previdencial, pois na data do registro dos mesmos não havia a informação de quais processos se referem a Previdencial e/ou Empréstimos.

Através do Memorando Interno de nº 002 da Fundação de 16 de janeiro de 2017, identificou-se a existência de depósitos judiciais no Plano Misto, no total de R$ 237 mil, decorrentes de processos de Empréstimos.

Sendo assim, em 31 de maio de 2017 registrou-se a devida reclassificação contábil destes valores, da Gestão Previdencial para Gestão de Investimentos.

A posição contábil dos Depósitos Judiciais em 31 de dezembro de 2017 demonstra-se no quadro abaixo.

Quadro 06 - Resumo Depósitos Judiciais em 31/12/2017 - R$ MIL

Processo	Data	Plano Misto	PGS
Empréstimo	11/03/2015	81	-
Previdencial	31/07/2015	5	-
Previdencial	04/09/2015	-	6
Previdencial	31/01/2017	269	-
Total por Plano		355	6
Total Depósitos Judiciais			**361**
Depósitos Empréstimos			81
Depósitos Previdenciais			280

Fonte: Núcleo de Contabilidade

NOTA 8 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

De acordo com a Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011 e a IN da PREVIC de nº5 de 08 de setembro de 2011, que alterou a IN/SPC de nº 34 de 24 de setembro de 2009, as contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da Entidade.

Conforme o pronunciamento técnico do CPC nº 25 de 26/09/2009, são três os tipos de probabilidade de perda, como demonstra-se no quadro a seguir.

Quadro 07 – Classificação de Probabilidade de Perda de Contingências

PROBABILIDADE DE PERDA	JURISPRUDÊNCIA	PROVISÃO CONTÁBIL	NOTAS EXPLICATIVAS
REMOTA	JULGADOS COM DECISÃO DESFAVORÁVEL	NÃO	NÃO
POSSIVEL	JULGADOS COM DECISÃO FAVORÁVEL E CONTRÁRIAS	NÃO	SIM
PROVÁVEL	PACIFICADO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIA E NAS CORTES SUPERIORES	SIM	SIM

Fonte: Site Comitê de Pronunciamentos Contábeis

A partir deste conceito, a Fundação reconheceu em seu Passivo Exigível Contingencial, no Plano Misto, em 28 de junho de 2013, o montante de R$ 82 mil, referente a um processo de caráter previdenciário cuja perda foi considerada provável pela assessoria jurídica.

Esta classificação é revista e seu valor é corrigido monetariamente a cada semestre, de acordo com relatório da assessoria jurídica da Entidade.

Em 2017 não houve correção monetária deste processo, e o valor total do mesmo permaneceu R$ 269 mil em 31 de dezembro de 2017.

Ainda de acordo com a legislação citada, para causas com perdas classificadas como possíveis não são constituídas provisões, mas devem ser informadas nas Notas Explicativas.

Abaixo verifica-se o quadro resumo do histórico dos processos judiciais de empréstimos, previdenciários e trabalhistas, com probabilidade de perda possível, em 31 de dezembro de 2017.

Quadro 08 - Resumo dos processos com probabilidade de perda grau de risco Possível

Planos	Em 31/12/2017			Em 31/12/2016		
	Quantidade	Tipo	R$ MIL	Quantidade	Tipo	R$ MIL
Plano Misto	1	Previdenciário	25	3	Previdenciário	37
	1	Empréstimos	3	6	Empréstimos	167
PGS	1	Previdenciário	0	2	Previdenciário	1
	1	Empréstimos	2	2	Empréstimos	81
				1	Trabalhista	0
Total	**4**		**30**	**14**		**286**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Em 31 de dezembro de 2017 o processo trabalhista foi classificado, pela assessoria jurídica da Fundação, como probabilidade remota.

NOTA 9 – PIS E COFINS

A Fundação ingressou em 01 de fevereiro de 2007 com um mandado de Segurança de nº 2007.71.00.00058-8-RS, com efeito de suspender a exigibilidade do PIS e COFINS (conforme determina art.69, § 1º, da Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001).

Em 18 de maio de 2010, obteve ganho da causa, ficando, a partir desta data, isenta da obrigatoriedade de recolhimento de PIS e de COFINS.

Em 14 de janeiro de 2016, a Fundação recebeu uma manifestação de inconformidade da Delegacia da Receita Federal, via processo administrativo, referente a compensação de créditos de PIS e COFINS efetuada nos anos de 2010 e 2011, decorrentes do ganho de causa de isenção da obrigatoriedade de recolhimento dos mesmos, no processo supracitado.

Em 31 de dezembro de 2017, de acordo com a assessoria jurídica da Fundação, este processo administrativo é considerado com probabilidade de perda possível, embora não se tenha como precisar o êxito da ação, pois para o mesmo ainda não ocorreu nenhum julgamento.

NOTA 10 – CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE FUNDOS

10.1 – FUNDOS PREVIDENCIAIS – CONTA DE OSCILAÇÃO DE RISCO - COR

O Fundo Previdencial Conta de Oscilação de Risco é constituído no Plano Misto com parcela do saldo da conta individual própria (CIP) do participante, a título de variabilidade atuarial, na data de início. Esta conta visa suprir eventual insuficiência da Conta Coletiva de Benefícios Concedidos (CCBC) ou dela receberá crédito proveniente de eventuais Superávits.

O saldo acumulado na Conta de Oscilação de Risco – COR, no Plano Misto, em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 120 mil.

10.2 – FUNDOS ADMINISTRATIVOS

É Constituído ou Revertido mensalmente, conforme apuração do resultado líquido da gestão administrativa, individualmente pela gestão previdenciária e de investimentos e por cada plano de benefício. Sua remuneração se dá com base no resultado dos investimentos, apurada pelo fluxo dos investimentos e apropriada conforme a participação de cada plano de benefício na formação do fundo.

Em 2017 houve alteração nos percentuais de rateio do Fundo Administrativo, em decorrência da inclusão do Plano de Benefícios Prever, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 09 - Demonstrativo dos percentuais de participação dos Planos de Benefícios no saldo do Fundo Administrativo Acumulado

Critério		PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	Total
Pelo Patrimônio do Fundo	De janeiro a dezembro de 2017	39,98%	29,00%	24,68%	6,34%	100%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Em 31/12/2017 foi reconhecido contabilmente o valor de R$ 284 mil referentes a parcela de Fundo Administrativo do Plano Prever que se encontrava no Plano Misto, decorrentes do processo de migração entre estes planos de benefícios, conforme consta na NOTA 5.1.

A constituição e reversão do Fundo Administrativo do PGA em 2017, e o saldo acumulado em 31 de dezembro de 2017, em cada plano de benefícios, verifica-se no seguinte quadro resumo:

Quadro 10 - Resumo do Fundo Administrativo Acumulado em 2017 R$ MIL

Fundo Administrativo	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	PGA
Saldo em 31/12/2016	912	790	593	78	2.373
Constituição	95	0	111	39	245
Reversão	0	-30	0	0	-30
Migração	0	-284	0	284	0
Saldo em 31/12/2017	**1.007**	**476**	**704**	**401**	**2.588**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Mensalmente efetua-se o registro de ajuste contábil do Fundo Administrativo no balancete auxiliar Plano de Ajuste, em atendimento a IN nº 34 de 24/09/2009 MPS/SPC, a fim de eliminar o efeito de duplicidade de registro decorrente do processo de consolidação dos balancetes contábeis, viste que o Fundo Administrativo é registrado tanto no Plano de Gestão Administrativa quanto nos Planos de Benefícios.

10.3 – FUNDOS DE INVESTIMENTOS

É formado pelo Fundo de Cobertura de Empréstimo por Morte ou invalidez e pelo Fundo Garantidor de Empréstimo por Inadimplência.

Saldo Acumulado de Fundos de Investimentos em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 457 mil.

10.3.1 – FUNDO DE COBERTURA DE EMPRÉSTIMO POR MORTE OU INVALIDEZ

Constituído para fazer frente à cobertura do saldo devedor dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento e/ou invalidez permanente.

No quadro a seguir, demonstra-se o saldo do mesmo em 31 de dezembro de 2017.

Quadro 11 - Fundo de Cobertura de Empréstimo por Morte ou invalidez R$ MIL

	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	Consolidado
Saldo em 31/12/2016	5	302	67	26	400
Constituição	0	26	15	9	49
Reversão	0	0	0	-15	-15
Saldo em 31/12/2017	**5**	**328**	**82**	**20**	**435**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Em 31/12/2017 foi reconhecido contabilmente o valor de R$ 16 mil, referentes a parcela de Fundo de Cobertura de Empréstimo por Morte ou Invalidez do Plano Misto que se encontrava no Plano Prever, decorrentes do processo de migração entre estes planos de benefícios, conforme consta na NOTA 5.1.

10.3.2 – FUNDO GARANTIDOR DE EMPRÉSTIMO POR INADIMPLÊNCIA – FGE

Constituído para compensar eventuais inadimplências de empréstimo pessoal.

No quadro abaixo, demonstra-se o saldo do mesmo em 31 de dezembro de 2017.

Quadro 12 - Fundo Garantidor de Empréstimo por Inafimplência - FGE — R$ MIL

	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	Consolidado
Saldo em 31/12/2016	0	10	4	1	15
Constituição	0	2	2	5	9
Reversão	0	-2	0	0	-2
Saldo em 31/12/2017	**0**	**10**	**6**	**6**	**22**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Em 31/12/2017 foi reconhecido contabilmente o valor de R$ 2 mil referentes a parcela de Fundo Garantidor de Empréstimo por Inadimplência – FGE, do Plano Prever que se encontrava no Plano Misto, decorrentes do processo de migração entre estes planos de benefícios, conforme consta na NOTA 5.1.

NOTA 11 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

11.1 – PLANO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Atendendo as deliberações do Conselho Deliberativo lavradas na ata nº 270 de 28 de outubro de 2014, desde janeiro de 2015 o custeio administrativo dos planos de benefícios administrados pela Fundação, sofreram alterações na forma de cobrança, passando a ser paritária entre participantes e patrocinadores (50% Patrocinador e 50% Participantes).

O Plano de Custeio Administrativo de 2017 apresenta as seguintes definições:

Para o Plano PBD-I, do total das contribuições normais do patrocinador, dos participantes e dos

assistidos, 10,47% foram alocados para a cobertura das despesas administrativas do plano.

Para o Plano Misto, do total das contribuições normais (limitada a 7,41%) foram descontados 5,22% dos Participantes ativos, e do valor do benefício mensal foram descontados 2,17% dos participantes assistidos e pensionistas. Os patrocinadores contribuíram com o mesmo valor dos participantes ativos, assistidos e pensionistas.

No PGS, a parcela devida pelo participante ativo, aposentado e pensionista referente à contribuição para custeio administrativo, correspondeu a 1,00% incidente sobre o benefício saldado. Para os ativos a contribuição para custeio administrativo será descontada mensalmente em folha de pagamento de salários, e para os aposentados e pensionistas será através de desconto em folha de pagamento de benefícios.

Para o Plano Prever, a contribuição administrativa cobrada em 2017 foi a mesma do Plano Misto, ou seja, do total das contribuições normais (limitada a 7,41%) foram descontados 5,22% dos participantes ativos, e do valor do benefício mensal foram descontados 2,17% dos participantes assistidos e pensionistas. Os patrocinadores contribuíram com o mesmo valor dos participantes ativos, assistidos e pensionistas.

O quadro abaixo apresenta um resumo da contribuição destinada à cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios no exercício de 2017.

Quadro 13 - Custeio Administrativo dos Planos de benefícios em 2017

Descrição	PBD-I		Plano Misto		PGS		Prever	
	Patrocinador	Participante	Patrocinador	Participante	Patrocinador	Participante	Patrocinador	Participante
	% Utilizado		% Utilizado		% Utilizado		% Utilizado	
Ativos	10,47	10,47	5,22	5,22	1,00	1,00	5,22	5,22
Assistidos/Pensionistas	10,47	10,47	2,17	2,17	1,00	1,00	2,17	2,17

Fonte: Núcleo de Contabilidade

11.2 – LIMITES DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO

De acordo com a Resolução CGPC nº 29 de 31/08/2009, no capítulo III, cabe ao Conselho Deliberativo da EFPC estabelecer o limite anual de recursos destinados pelos Planos de Benefícios para o Plano de Gestão Administrativa. O limite poderá ser representado pela Taxa de Administração (percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios previdenciais no último dia do exercício a que se referir) ou pela Taxa de Carregamento (percentual incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos no exercício a que se referir).

Para o ano de 2017 o Conselho Deliberativo da Fundação manteve como limite a Taxa de Administração.

11.3 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

11.3.1 – DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A estrutura geral das Despesas Administrativas das Entidades de Fundo de Pensão é dividida entre Gestão Previdencial e Gestão de Investimentos. Quem define esta divisão é a Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009.

A Fundação consolida as despesas administrativas do PGA no grupo de contas Outras Despesas - 4.2.9, e somente depois realiza o rateio entre as gestões Previdencial e de Investimentos. Tal medida foi aprovada e é mantida pelo Conselho Deliberativo desde 2012.

A previsão de despesas é apresentada anualmente ao Conselho Deliberativo pela Diretoria Executiva por meio do documento chamado Orçamento Econômico. O orçamento é uma expectativa de gastos baseada no ano anterior e nas despesas já conhecidas para o próximo exercício. Após aprovado, este orçamento é colocado em prática. Situações de desalinho devem ser justificadas e apresentadas ao Conselho Deliberativo.

O quadro a seguir demonstra a estrutura geral das Despesas Administrativas realizadas no exercício de 2017.

Quadro 14 - Despesas Administativas em 31/12/2017 R$ MIL

Descrição	Gestão Previdencial	Gestão dos Investimentos	Total Despesas Adm.
Despesas Comuns	**1.712**	**1.099**	**2.811**
Pessoal e Encargos	1.058	705	1.763
Treinamentos, Congressos e Seminários	20	14	34
Viagens e Estadias	35	23	58
Serviços de Terceiros	416	235	651
Despesas Gerais	178	119	297
Depreciações e Amortizações	5	3	8
Despesas Específicas	**18**	**12**	**30**
Tributos	18	12	30
Total das Despesas Administrativas	**1.730**	**1.111**	**2.841**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

11.3.2 – CRITÉRIOS DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR GESTÃO

Para realizar o rateio das despesas administrativas a Fundação manteve a utilização do critério de participação pelo tempo de trabalho de cada funcionário e diretor, resultando nos percentuais apresentados no quadro abaixo.

Quadro 15 – Percentuais de rateio das Despesas Administrativas por Gestão

CARGOS	TEMPO DE TRABALHO		
	PREVIDENCIAL	INVESTIMENTO	TOTAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE	60,00%	40,00%	100,00%
DIRETOR FINANCEIRO	60,00%	40,00%	100,00%
DIRETOR PREVIDENCIÁRIO	60,00%	40,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 1	80,00%	20,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 2	80,00%	20,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 3	100,00%	0,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 4	100,00%	0,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 5	100,00%	0,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 6	50,00%	50,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 7	50,00%	50,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 8	50,00%	50,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 9	0,00%	100,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 10	0,00%	100,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 11	50,00%	50,00%	100,00%
PERCENTUAL DE RATEIO	**60,00%**	**40,00%**	**100,00%**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

11.3.3 – CRITÉRIOS DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Para realizar o rateio das despesas administrativas entre os planos de benefícios da Fundação utiliza-se para cada gestão um critério, a fim de buscar maior coerência na efetivação dos rateios da Gestão Previdencial e de Investimentos.

Para Gestão Previdencial o rateio se dá pelo número de participantes.

Quadro 16 - Critério e percentuais de rateio por plano da Gestão Previdencial

Critério	Período	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	Total
Pelo número de participantes	De janeiro a dezembro de 2017	0,54%	44,71%	23,35%	31,40%	100%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Para Gestão de Investimentos o rateio se dá pelo Patrimônio dos Planos de benefícios.

Quadro 17 - Critério e percentuais de rateio por plano da Gestão dos Investimentos

Critério	Período	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	Total
Pelo Patrimônio dos planos	De janeiro a dezembro de 2017	2,59%	36,25%	43,22%	17,94%	100%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

NOTA 12 – BENS DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os Investimentos Imobiliários estão demonstrados pelo custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e ajustado por reavaliações periódicas.

As depreciações são calculadas pelo método linear à taxa de 2% ao ano para edificações, 20% ao ano para instalações elétricas e 10% ao ano para instalações em geral e taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação.

De acordo com a legislação vigente, as EFPCs devem proceder à reavaliação de seus Investimentos Imobiliários em período não superior a três anos.

A Fundação efetuou, em 14 de novembro de 2017, a reavaliação do imóvel Lindóia Shopping Center, tendo por base o Laudo de Avaliação nº 3010/2017, emitido pela empresa Mercur Avaliações Patrimoniais Ltda.

A próxima reavaliação do imóvel situado na Rua Marcílio Dias, nº 1073, ocorrerá em 2018.

O quadro abaixo resume as últimas avaliações dos investimentos imobiliários da Fundação.

Quadro 18 - Resumo das últimas avaliações dos Investimentos Imobiliários

R$ MIL

Imóvel	Classificação	Última reavaliação em	Avaliador responsável	Nº do laudo	Valor contábil até a data de reavaliação	Valor da reavaliação	Resultado da reavaliação	Conta Contábil relacionada
Shopping Lindóia	Renda de Participações	14/11/2017	Marcur Av.Patrim.Ltda	3010/2017	4.598	6.130	1.532	1.2.3.6.04.04.
Casa Av. Marcílio Dias	Renda de Uso Próprio	05/08/2015	Bolsaval Ltda	01645/2015	874	1.400	526	1.2.3.6.04.01.

Fonte: Núcleo de Contabilidade e de Investimentos

12.1 – ALUGUÉIS

São calculados com base nos contratos firmados a valores considerados pela administração como compatíveis com os valores de mercado, estão registrados em subcontas de investimentos imobiliários, em contrapartida das receitas dos Investimentos.

Permanece alugada a casa de nº 1073 na Rua Marcílio Dias, com registro contábil no grupo de "Uso Próprio", como sede da Fundação.

12.2 – PROVISÃO PARA OSCILAÇÕES NO MERCADO IMOBILIÁRIO

A Provisão para Oscilações no Mercado Imobiliário é registrada para fins de cobertura de eventual resultado futuro negativo, em defesa dos interesses dos quotistas, e por determinação do Conselho Deliberativo.

De dezembro de 2011 a dezembro de 2016, a Fundação manteve o valor de R$ 1.000 mil a título de provisão para oscilações no mercado imobiliário, valor este ajustado, em dezembro de 2017, para R$ 2.000 mil, com base no preço de mercado da reavaliação do empreendimento Lindóia Shopping Center realizada neste período, e de acordo com a Deliberação de nº 20/2017, referente a Ata nº 310/2017, de 13 e 14 de dezembro de 2017, do Conselho Deliberativo.

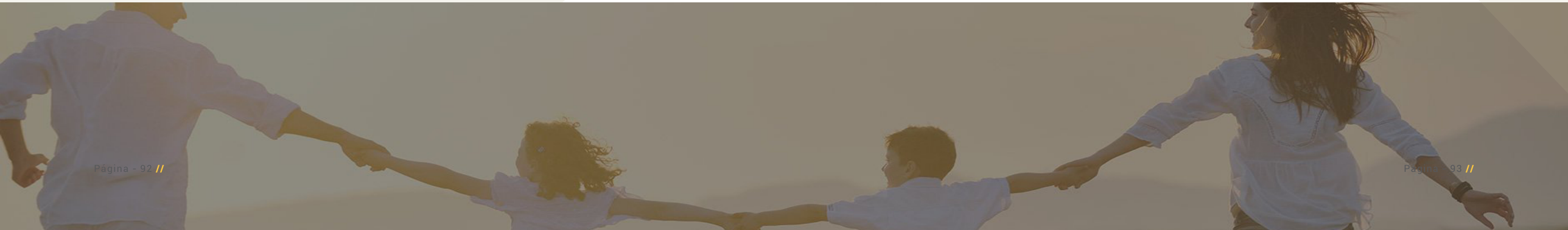
12.3 - ALIENAÇÕES

Representam os saldos das operações de venda a prazo, os quais são calculados pelo sistema da Tabela Price e corrigidos por índice de mercado estabelecido nos contratos de Promessa de Compra e Venda.

Em 14 de outubro de 2015 o imóvel da Rua Saldanha Marinho, nº 33, conjunto nº 501, foi vendido por R$ 205 mil, sendo R$ 40 mil recebidos no ato da assinatura do Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda e Outras Avenças, duas parcelas de R$ 30 mil em 15/11/2015 e 15/12/2015 respectivamente, e o restante em 15 parcelas de R$ 7 mil, vencendo a primeira em 15/01/2016 e as restantes sucessivamente nos dias 15 de cada mês.

Todas as parcelas vincendas do preço de venda foram submetidas a reajuste monetário pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) a contar da data da assinatura do Instrumento citado.

Em 16 de março de 2017 a Fundação recebeu a última parcela da venda do referido imóvel.



NOTA 13 – COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

13.1 – DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

O quadro a seguir apresenta a composição dos Investimentos de forma consolidada, em conformidade com os saldos do Balanço de 2017.

Quadro 19 - Posição Consolidada dos Investimentos R$ MIL

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
TÍTULOS PÚBLICOS	**240.004**	**244.590**
TÍTULOS PÚBLICOS	240.004	244.590
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	**55.313**	**84.038**
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0	7.339
COMPANHIAS ABERTAS	55.313	76.699
AÇÕES	**9.829**	**12.409**
COMPANHIAS ABERTAS	0	2.176
SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	9.829	10.233
FUNDOS DE INVESTIMENTO	**148.492**	**78.202**
REFERENCIADO	122.154	72.418
RENDA FIXA	9.246	0
MULTIMERCADO	5.036	0
ÍNDICE DE MERCADO	6.700	0
IMOBILIÁRIO	5.356	5.784
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	**7.490**	**6.305**
ALUGUÉIS E RENDA	7.490	6.282
DIREITOS EM ALIENAÇÕES INVEST. IMOBILIÁRIOS	0	23
EMPRÉSTIMOS	**2.858**	**2.095**
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	**81**	**0**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

13.2 – DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO POR PLANO DE BENEFÍCIOS E PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

O quadro a seguir demonstra a composição dos Investimentos dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa, em conformidade com os saldos do Balanço e das Demonstrações do Ativo Líquido do exercício de 2017.

Quadro 20 - Posição dos Investimentos por Planos R$ MIL

Descrição	Saldos em 31/12/2017				
	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	PGA
TÍTULOS PÚBLICOS	**6.336**	**108.226**	**124.117**	**0**	**1.325**
TÍTULOS PÚBLICOS	6.336	108.226	124.117	0	1.325
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	**2.154**	**22.408**	**27.763**	**2.988**	**0**
COMPANHIAS ABERTAS	2.154	22.408	27.763	2.988	0
AÇÕES	**0**	**3.558**	**5.270**	**1.001**	**0**
SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	0	3.558	5.270	1.001	0
FUNDOS DE INVESTIMENTO	**2.512**	**30.214**	**24.230**	**90.473**	**1.062**
REFERENCIADO	2.511	22.457	15.760	80.364	1.062
RENDA FIXA	0	1.724	1.545	5.977	0
MULTIMERCADO	0	2.015	2.015	1.007	0
ÍNDICE DE MERCADO	1	2.233	2.233	2.232	0
IMOBILIÁRIO	0	1.786	2.678	892	0
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	**221**	**1.568**	**4.895**	**806**	**0**
ALUGUÉIS E RENDA	221	1.568	4.895	806	0
EMPRÉSTIMOS	**7**	**951**	**714**	**1.186**	**0**
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	**0**	**81**	**0**	**0**	**0**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

13.3 – CRITÉRIOS PARA REGISTRO E AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias:

(i) Títulos para Negociação - quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de mercado;

(ii) Títulos Mantidos até o Vencimento - quando a intenção da administração e considerando a capacidade financeira da Fundação, é manter os referidos títulos até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimentos e classificação de risco do título.

A Fundação não efetuou operações contempladas pela Resolução CGPC n°15, de 23/08/2005.

A administração tem a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento, em virtude da capacidade financeira da Fundação.

O quadro a seguir demonstra os títulos e em quais categorias os mesmos estão classificados.

Quadro 21 - Classificação dos Investimentos R$ MIL

Descrição	Parâmetro	Natureza	Custo de Aquisição	Montante em 31/12/2017	Faixas de Vencimentos
TÍTULOS PÚBLICOS			**196.614**	**240.004**	
NTN-B	Curva	ii	9.594	12.205	227 dias
NTN-B	Curva	ii	1.698	2.134	500 dias
NTN-B	Curva	ii	12.545	16.120	958 dias
NTN-B	Curva	ii	202	209	1231 dias
NTN-B	Curva	ii	11.205	13.543	1688 dias
NTN-B	Curva	ii	4.894	5.267	1961 dias
NTN-F	*Curva*	*ii*	1.720	1.840	1827 dias
NTN-B	Curva	ii	16.326	20.339	2419 dias
NTN-B	Curva	ii	11.849	12.321	3149 dias
NTN-B	Curva	ii	32.391	40.695	4.610 dias
NTN-B	Curva	ii	29.648	36.497	6344 dias
NTN-B	Curva	ii	18.157	22.496	8263 dias
NTN-B	Curva	ii	24.893	28.496	9997 dias
NTN-B	Curva	ii	16.503	22.017	11915 dias
NTN-B	Curva	ii	4.989	5.825	13649 dias
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS			**50.795**	**55.313**	
Companhias Abertas			**50.795**	**55.313**	
Debênture BNDESPAR	Curva	ii	13.371	16.876	500 dias
Debêntures Simples-Energisa	Curva	ii	2.004	2.995	561 dias
Debêntures Simples-Alga	Curva	ii	5.091	4.729	623 dias
CRI-BRC(Petrobrás)	Curva	ii	4.026	3.263	1473 dias
Debêntures Simples-Cemig G	Curva	ii	4.511	6.732	1507 dias
Debêntures Simples-Cemig G	Mercado	i	1.931	2.133	1507 dias
Debêntures Simples-ECPT	Curva	ii	1.106	1.294	1566 dias
Debêntures Simples-ECPT	Curva	ii	1.107	1.268	1657 dias
Debêntures Simples-ECPT	Curva	ii	1.107	1.244	1749 dias
Debêntures Simples-ECPT	Curva	ii	679	894	1841 dias
Debêntures Simples-CPTE	Curva	ii	10.683	7.357	2141 dias
Debêntures Simples-CART	Curva	ii	4.318	5.671	2541 dias
Debêntures Simples-CART	Mercado	i	860	856	2541 dias
Debênture Simples-Vale	Curva	ii	1,00	1	11877 dias

Fonte: Núcleo de Investimentos

Continuação Quadro 21 - Classificação dos Investimentos R$ MIL

RENDA VARIÁVEL - AÇÕES			**8.363,00**	**9.829**	
Sociedade de Propósito Específico			**8.363,00**	**9.829**	
Debêntures Simples-Rod Tietê	Curva	ii	6.743,00	8.828	3819 dias
Debêntures Simples-Rod Tietê	Mercado	i	1.620,00	1.001	3819 dias
FUNDOS DE INVESTIMENTO				**148.492**	
Referenciado				**122.154**	
BNP Match DI FI REF. CP	Mercado	i	Banco BNP Paribas	58.626	-
Bradesco FI REF DI PREMIUM	Mercado	i	Banco Bradesco	57.710	-
Safra Inst. REF.	Mercado	i	Banco Safra	5.818	
Renda Fixa				**9.246**	
Sulamerica RF. FI LP	Mercado	i	Sulamerica Inv.	9.246	
Multimercado				**5.036**	
Bradesco FI MULT.INV.EXT. YIELD EXPLORER	Mercado	i	Banco Bradesco	5.036	-
Índice de Mercado				**6.700**	
Ishares Ibovespa	Mercado	i	Blackrock	5	-
Ishares Ibovespa Valor a Receber	Mercado	i	Blackrock	6.695	-
Imobiliário				**5.356**	-
Rio Bravo F.Imob. JHSF FBV	Mercado	i	R. Bravo Investimento	5.356	-

Fonte: Núcleo de Investimentos

13.4 – RECLASSIFICAÇÃO DE DEBÊNTURES RODOVIAS DO TIETÊ

Em agosto de 2015 realizou-se uma consulta junto a PREVIC referente à classificação contábil das Debêntures Rodovias do Tietê, até então registradas como renda fixa em Créditos Privados e Depósitos. A mesma analisou o estatuto social da emissora das debêntures, concluindo que se trata de Sociedade de Propósito Específico (SPE), prevista na Resolução CMN n° 3.792/09 e, portanto, seus títulos e valores mobiliários devem ser classificados no segmento de renda variável, conforme o artigo 19 da mesma norma.

Sendo assim, desde setembro de 2015 as Debêntures Rodovias do Tietê estão registradas na conta contábil 1.2.3.3.05.01 - Valor Atualizado Sociedades de Propósito Específico.

NOTA 14 – TÁBUA DE MORTALIDADE, TAXA DE JUROS ATUARIAL E DURAÇÃO DO PASSIVO *(DURATION)*

Em 2013 a Fundação substituiu a Tábua de Mortalidade AT-83 pela Tábua AT-2.000, para todos os Planos administrados pela Fundação, em atendimento a Resolução CNPC nº 09 de 29 de novembro de 2012, e de acordo com a decisão do Conselho Deliberativo conforme a Ata nº 239 de 28/02/2013, sendo a AT-2000 mantida em 2017.

Em 17 de janeiro de 2018, o Conselho Deliberativo aprovou a tábua de mortalidade utilizada AT-2000 suavizada em dez por cento para o Plano de Benefício Definido – PBD-I, a partir de dezembro de 2017, conforme Deliberação nº 002/2018, referente a Ata nº 313/2018, em decorrência da Carta CA/031-2017/EA emitida pela Equipe Atuarial em 20 de dezembro de 2017, referente ao Estudo para Tratamento do Superávit do referido plano, tendo em vista a condição superavitária do mesmo há três exercícios consecutivos.

Referente às taxas de juros, observa-se, no quadro abaixo, um resumo das mesmas praticadas desde 2012.

Quadro 22 - Resumos Taxas de Juros dos Planos de Benefícios - Posição em 31 de dezembro de cada ano

2017			2016			2015		
PBD-I	**Plano Misto**	**PGS**	PBD-I	Plano Misto	PGS	PBD-I	Plano Misto	PGS
4,39%	**5,31%**	**5,30%**	5%	5,31%	5,30%	5%	5,38%	5,43%
2014			2013			2012		
PBD-I	Plano Misto	PGS	PBD-I	Plano Misto	PGS	PBD-I	Plano Misto	PGS
5%	5,50%	5,50%	5%	5,50%	5,75%	6%	6%	6%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Em atendimento a Resolução CNPC nº 15 de 19 de novembro de 2014, a Instrução PREVIC nº 23 de 26 de junho de 2015 e a Portaria PREVIC nº 708 de 25 de dezembro de 2015, a Equipe Atuarial Ltda emitiu, em 30 de agosto de 2017, o Parecer Atuarial nº 057/2017, referente ao Estudo Técnico de Adequação Atuarial dos Planos de Benefícios do exercício de 2017, apresentando a adequação e a aderência das taxas de juros e da tábua de mortalidade, confirmando a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos aos planos de custeio e aos fluxos futuros de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios dos planos de benefícios da Fundação.

Em 17 de janeiro de 2018, o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da taxa de juros do Plano de Benefício Definido – PBD-I para 4,39%, a partir de dezembro de 2017, conforme Deliberação nº 002/2018, referente a Ata nº 313/2018, de acordo com o Adendo ao Parecer Atuarial nº 057/2017, de 08 de janeiro de 2018, emitido pela Equipe Atuarial, tendo em vista a condição superavitária do referido plano de benefícios há três exercícios consecutivos.

Em fevereiro de 2018, a Equipe Atuarial Ltda emitiu as Avaliações Atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação, nas quais os mesmos analisam as premissas atuariais de cada plano, conforme descreve-se a seguir.

Para o Plano PBD-I a taxa de juros de 5% a.a. foi alterada para 4,39% a.a., a partir de dezembro de 2017. A duração do passivo *(Duration)* deste plano resultou em 8,73 anos. O impacto da adoção da nova taxa de juros em 2017 aumentou as provisões matemáticas em 14,88%.

No Plano Misto a taxa de 5,31% a.a. foi mantida, e a *duration* deste plano resultou em 12,19 anos.

No PGS a taxa de 5,30% a.a. também foi mantida, e a *duration* deste plano resultou em 11,10 anos.

Referente ao Plano de Benefícios Prever, por tratar-se de plano de contribuição definida, não contempla nenhuma premissa atuarial.

Quadro 23 - Resumos das Taxas de Juros dos Planos de Benefícios

	PBD-I	Plano Misto	PGS
Taxa de Juros	4,39%	5,31%	5,30%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Quadro 24 - Impacto das novas taxas nas Provisões Matemáticas dos Planos

	PBD-I	Plano Misto	PGS
Elevação de	14,88%	0%	0%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Quadro 25 - Duração do Passivo *(Duration)* dos Planos de Benefícios

	PBD-I	Plano Misto	PGS
Anos	8,73	12,19	11,10

NOTA 15 – AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

A Resolução CNPC nº 16 de 19 de novembro de 2014, estabeleceu novas condições e procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

A PREVIC emitiu em 04 de fevereiro de 2015 a Instrução nº 19, tratando das questões da Resolução CNPC nº 16, acima citada, principalmente quanto aos critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico.

Esse ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste são aqueles que têm por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder com valores ou níveis previamente estabelecidos, e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquirissem características de benefício definido na fase de concessão.

O ajuste de precificação positivo ou negativo de cada plano de benefícios está discriminado nas Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

Nos quadros a seguir demonstra-se os títulos públicos federais utilizados para o cálculo do ajuste de precificação de 2017, para cada plano de benefícios.

Quadro 26 - Ajuste de Precificação dos Títulos Federais - Plano de Benefícios I - PBD-I

R$ MIL

Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor da Aquisição	Valor Contábil em 31/12/2017	Valor Ajustado em 31/12/2017	Valor do Ajuste
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	40	99	124	125	1
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	40	100	124	125	1
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	60	150	186	188	2
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	195	465	602	628	26
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	168	393	517	541	24
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	41	102	127	132	5
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	22	52	67	73	5
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	130	301	394	439	46
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	21	50	64	71	7
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	70	177	219	236	18
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	8	21	25	27	2
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	17	45	52	57	6
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	12	29	38	43	5
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	30	71	94	107	13
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	44	102	133	157	24
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	161	374	491	574	84
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	8	20	25	29	3
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	38	95	120	136	16
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	41	101	130	149	20
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	45	102	134	164	30
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	31	70	91	113	21
Totais		1.222	2.917	3.756	4.114	359

Fonte: Núcleo de Investimentos

Quadro 27 - Ajuste de Precificação dos Títulos Federais - Plano de Benefícios II - Plano Misto

R$ MIL

Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor da Aquisição	Valor Contábil em 31/12/2017	Valor Ajustado em 31/12/2017	Valor do Ajuste
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	134	313	412	422	10
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	175	414	541	552	11
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	500	1.175	1.537	1.576	40
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	90	216	278	284	5
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	744	1.784	2.296	2.346	49
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	199	480	629	634	6
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	43	101	132	137	5
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	816	1.958	2.509	2.601	92
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	1.000	2.425	3.086	3.188	102
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	60	140	183	193	10
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	400	929	1.215	1.287	73
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	435	1.007	1.317	1.400	83
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	493	1.176	1.510	1.587	77
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	200	499	624	644	20
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	400	1.005	1.246	1.287	42
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	40	101	125	129	4
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	395	1.000	1.234	1.271	38
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	270	684	843	869	26

Continuação Quadro 27 - Ajuste de Precificação dos Títulos Federais - Plano de Benefícios II - Plano Misto

R$ MIL

Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor da Aquisição	Valor Contábil em 31/12/2017	Valor Ajustado em 31/12/2017	Valor do Ajuste
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	450	1.139	1.405	1.448	43
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	78	188	248	257	9
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	62	150	198	204	7
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	100	242	318	329	11
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	30	71	94	99	5
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	785	1.824	2.392	2.586	194
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	220	511	668	725	57
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	260	601	779	857	78
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	260	600	778	857	79
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	250	578	748	824	75
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	105	242	313	346	33
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	675	1.518	1.953	2.224	270
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	1.500	3.551	4.527	4.942	415
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	127	324	398	418	21
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	20	51	62	66	3
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	165	420	515	544	28
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	33	82	104	109	5
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	723	1.802	2.274	2.382	108
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	459	1.128	1.451	1.513	61
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	85	199	254	280	26
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	699	1.600	2.101	2.303	202
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	455	1.030	1.351	1.499	148
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	130	295	384	428	44
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	810	2.010	2.483	2.669	187
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	208	500	667	703	36
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	601	1.452	1.929	2.030	101
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	500	1.217	1.611	1.689	78
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	169	402	527	571	43
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	570	1.440	1.777	1.925	148
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	175	442	546	591	45
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	200	505	624	676	52
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	15	38	47	51	4
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	414	1.002	1.300	1.391	92
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	208	502	651	699	48
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	250	600	777	840	64
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	1.300	3.078	4.123	4.456	333
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	100	239	320	343	23
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	330	787	1.052	1.131	79
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	1.262	3.002	4.013	4.326	313
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	1.000	2.383	3.184	3.428	244
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	630	1.502	2.001	2.160	159
Totais		22.807	54.655	70.662	75.326	4.664

Fonte: Núcleo de Investimentos

Quadro 28 - Ajuste de Precificação dos Títulos Federais - Plano Geral Saldado - PGS

R$ MIL

Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor da Aquisição	Valor Contábil em 31/12/2017	Valor Ajustado em 31/12/2017	Valor do Ajuste
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	40	96	124	125	1
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	1.000	2.391	3.100	3.115	16
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	500	1.220	1.552	1.558	6
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	610	1.507	1.893	1.900	7
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	450	1.113	1.397	1.402	5
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	240	597	745	748	2
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2019	660	1.593	2.012	2.038	25
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	85	203	262	268	6
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	130	309	398	410	12
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	175	414	541	552	11
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	500	1.175	1.537	1.577	40
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	910	2.183	2.813	2.870	56
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	240	583	742	757	15
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	50	123	155	158	3
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	800	1.977	2.483	2.523	40
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	159	394	494	501	7
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	75	196	230	237	6
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	600	1.382	1.827	1.913	87
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	43	101	132	137	5
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	73	172	224	233	9
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	80	192	246	255	9
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	48	121	148	153	6
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	190	503	585	606	21
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	380	1.008	1.171	1.212	40
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2023	390	1.001	1.141	1.231	91
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2023	350	1.014	1.068	1.105	38
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2023	332	963	1.011	1.048	37
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	400	929	1.215	1.288	74
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	435	1.007	1.317	1.401	84
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	126	300	386	406	20
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	25	59	76	81	4
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	565	1.435	1.767	1.820	52
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	640	1.629	2.004	2.061	57
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	40	102	122	129	6
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	21	54	64	68	3
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	60	159	185	193	8
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	135	360	415	435	20
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2026	363	1.000	1.084	1.179	94
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2026	343	1.007	1.057	1.114	57
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	500	1.203	1.579	1.649	69
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	940	2.229	2.932	3.100	168
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	500	1.170	1.535	1.649	114
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	456	1.052	1.383	1.504	121
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	554	1.287	1.688	1.827	138
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	240	554	719	791	72
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	250	578	748	824	76
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	200	461	596	659	63
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	183	421	544	603	59
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	175	400	517	577	60
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	200	458	591	659	68

Continuação Quadro 28 - Ajuste de Precificação dos Títulos Federais - Plano Geral Saldado - PGS

R$ MIL

Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor da Aquisição	Valor Contábil em 31/12/2017	Valor Ajustado em 31/12/2017	Valor do Ajuste
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	675	1.518	1.953	2.226	272
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	500	1.127	1.448	1.649	201
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	220	494	635	725	90
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	85	217	266	280	14
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	606	1.510	1.906	1.998	92
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	1.100	2.690	3.435	3.629	193
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	500	1.161	1.487	1.649	162
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	500	1.201	1.534	1.649	115
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	125	292	374	412	38
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	1.000	2.327	3.049	3.299	249
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	873	1.998	2.624	2.880	256
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	131	300	394	432	38
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	145	326	428	478	51
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	641	1.414	1.858	2.115	257
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	660	1.480	1.936	2.177	242
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	369	836	1.090	1.217	127
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	130	295	384	429	45
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	290	774	889	957	68
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	700	1.866	2.143	2.309	166
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	670	1.785	2.049	2.210	161
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	208	500	667	703	36
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	601	1.452	1.929	2.032	103
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	500	1.211	1.598	1.691	93
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	200	486	640	676	37
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	500	1.187	1.562	1.691	129
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	250	571	752	845	93
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	831	1.976	2.593	2.810	217
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	205	464	596	693	97
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	100	243	315	337	21
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	414	1.002	1.300	1.393	94
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	207	500	648	697	49
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	250	600	777	841	65
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	200	493	632	673	41
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	357	1.012	1.057	1.201	144
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	166	482	501	559	57
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	420	1.001	1.339	1.442	103
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	630	1.502	2.001	2.163	162
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	250	591	786	858	72
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	1.000	2.417	3.198	3.433	235
Totais		33.670	81.687	103.328	110.106	6.778

Fonte: Núcleo de Investimentos

Para o Plano Prever, por tratar-se de plano de benefícios de contribuição definida, recomenda-se que os ativos estejam classificados na categoria de Títulos para Negociação e avaliados ao valor de mercado, portanto não há o ajuste de precificação.

NOTA 16 – APURAÇÃO DE RESULTADOS – SUPERÁVIT/ DÉFICIT TÉCNICO E EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

Os resultados técnicos dos planos de benefícios da Fundação são apurados pelo regime de competência. Desde o exercício de 2015, a Fundação passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16 de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25 de 17 de dezembro de 2015 (ver Notas Explicativas nº 03 e nº 15).

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser à base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para o equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário, dependendo do caso.

A Resolução CNPC nº 22 de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação de superávits, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (*duration* do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula (*duration* – 4) x 1% x Provisão Matemática. Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula (10% + (*duration* x 1%)) x Provisão Matemática (ver Nota Explicativa nº 14).

16.1 – LIMITE PARA DESTINAÇÃO DE SUPERÁVIT E EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT

Os limites para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávits e as evoluções do equilíbrio técnico ajustado acumulado dos Planos de benefícios da Fundação estão a seguir demonstrados, de acordo com as Avaliações Atuariais emitidas pelos atuários responsáveis em fevereiro de 2018.

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PBD-I

Desde 2015, uma parte do valor total do Superávit Técnico apurado no Plano de Benefício Definido - PBD-I, foi registrada em Reserva Especial para Revisão do Plano, que tem por objetivo dar cobertura aos desvios desfavoráveis que venham a ocorrer em relação às hipóteses atuariais adotadas.

Em dezembro de 2017, realizou-se a destinação desta reserva, respeitando-se as hipóteses atuariais especificadas no § 2º da CNPC nº 22 de 25 de novembro de 2015, e de acordo com o Estudo para Tratamento do Superávit do PBD-I apresentado pela Equipe Atuarial Ltda. na Carta CA/031-2017/EA de 20 de dezembro de 2017, e com a aprovação do Conselho Deliberativo em 17 de janeiro de 2018, registrada na Deliberação nº 002/2018, referente a Ata nº 313/2018.

O quadro a seguir compara os dados acima citados do exercício de 2017 com os mesmos do exercício anterior.

Quadro 29 - Limite Utilização/Destinação Superávit Técnico PBD-I — R$ MIL

Exercício	2017	2016
Provisões Matemáticas	11.089	9.749
Duration	8,73	8,73
Limite : 10% + (Duration x 1%) x PM	18,73%	18,73%
Reserva de Contingência	1.630	1.850
Superávit Acumulado	1.630	2.551
Reserva Especial para Revisão do Plano	-	700

Fonte: Equipe Atualial Ltda

Em 31 de dezembro de 2017, não há registro em Reserva Especial para Revisão do Plano porque o valor do Superávit é inferior ao limite de 18,73% das Provisões Matemáticas.

PLANO DE BENEFÍCIOS II – PLANO MISTO

No Plano Misto, não há Reserva Especial para Revisão do Plano porque o valor relativo à Reserva de Contingência absorve totalmente o valor do Superávit. Para que houvesse a constituição da Reserva citada, o valor do Superávit deveria ser superior ao limite de 22,19% das Provisões Matemáticas relativas aos Benefícios Concedidos Vitalícios, demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 30 - Limite Utilização/Destinação Superávit Técnico Plano Misto — R$ MIL

Exercício	2017	2016
Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos Vitalícios	76.331	75.964
Duration	12,19	13,14
Limite : 10% + (Duration x 1%) x PM	22,19%	23,14%
Reserva de Contingência	1.834	1.637
Superávit Acumulado	1.834	1.637
Reserva Especial para Revisão do Plano	-	-

Fonte: Equipe Atualial Ltda

PLANO GERAL SALDADO - PGS

O PGS é um plano de benefícios deficitário, mas de acordo com a CNPC nº 22 de 25 de novembro de 2015, não há necessidade de equacionamento, tendo em vista que o limite apresentado é superior ao déficit. Veja no quadro a seguir.

Quadro 31 - Limite Equacionamento do Déficit Técnico do PGS — R$ MIL

Exercício	2017	2016
Provisões Matemáticas	254.584	256.392
Duration	11,10	11,42
Limite : 1% x (Duration - 4) x PM	7,10%	7,42%
Novo Limite	18.075	19.024
Déficit Acumulado	-3.877	-10.833
Déficit a Equacionar	-	-

Fonte: Equipe Atuarial Ltda

16.2 – EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

No caso de Superávit o ajuste positivo não poderá ser adicionado para fins de destinação/ utilização, o mesmo é informado apenas para comparação.

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PBD-I

Conforme observa-se no demonstrativo abaixo, em 2017 o PBD-I encerrou o exercício com equilíbrio técnico ajustado positivo de R$ 1.989 mil.

Quadro 32 - Cálculo do Rquilíbrio Técnico Ajustado do PBD-I — R$ MIL

Exercício	2017	2016
A) Equilíbrio Técnico	1.630	2.551
B)(+/-) Ajuste de Precificação	359	254
C)(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A+B)	1.989	2.805

Fonte: Núcleo de Contabilidade

PLANO DE BENEFÍCIOS II – PLANO MISTO

O Plano Misto, conforme quadro abaixo, encerrou o exercício de 2017 com equilíbrio técnico ajustado positivo de R$ 6.498 mil.

Quadro 33 - Cálculo do Rquilíbrio Técnico Ajustado do Plano Misto — R$ MIL

Exercício	2017	2016
A) Equilíbrio Técnico	1.834	1.637
B)(+/-) Ajuste de Precificação	4.664	4.897
C)(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A+B)	6.498	6.534

Fonte: Núcleo de Contabilidade

PLANO GERAL SALDADO - PGS

Para o PGS, no quadro a seguir, verifica-se um equilíbrio técnico ajustado positivo de R$ 2.901 mil no encerramento do exercício de 2017.

Quadro 34 - Cálculo do Rquilíbrio Técnico Ajustado do PGS — R$ MIL

Exercício	2017	2016
A) Equilíbrio Técnico	-3.877	-10.833
B)(+/-) Ajuste de Precificação	6.778	7.057
C)(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A+B)	2.901	-3.776

Fonte: Núcleo de Contabilidade

NOTA 17 – EVENTOS SUBSEQUENTES

NOTA 17.1 – ALTERAÇÃO DE REGULAMENTO DE PLANOS DE BENEFÍCIOS

Em 20 de fevereiro de 2018, a PREVIC aprovou as propostas de alterações regulamentares referentes ao Plano Geral Saldado - PGS e ao Plano de Benefícios II - Plano Misto.

Basicamente, nos dois planos, as alterações principais são: acesso para os participantes ativos já aposentados junto ao INSS ao Benefício Especial de Renda Temporária – BERT, enquanto o mesmo permanecer afastado de suas atividades nos Patrocinadores por motivo de doença, e a suspensão de benefício de assistido que obtém na justiça a sua reintegração ao trabalho.

Os procedimentos de divulgação e ajustes operacionais estão sendo tomados pela Diretoria da Fundação, visando a implementação dos novos regulamentos de acordo com o previsto no Art. 2º, § 2º, da Resolução nº 23/2006.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2017.

Cezar Henrique Ferreira
Diretor Superintendente
CPF: 295.178.850-91

Sabrina Giacomoni Comelli
Contadora - CRC/RS:058855/0-6
CPF: 641.913.030-15

Neiva Minussi Bisinotto
Controller – CRC/RS 49965
CPF: 424.032.780-68

Pareceres Atuariais

PARECER ATUARIAL (Plano de Benefício - PBD-I)

PARECER ATUARIAL 001/2018
Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2017 DO PLANO DE BENEFÍCIO I - PBD-I.

A avaliação do Plano de Benefício I - PBD-I foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na legislação vigente.

1) A situação financeiro – atuarial do Plano de Benefício I - PBD-I da FAPERS apresentou, em 31/12/2017, um superávit técnico de R$ 1.630.190,87, equivalente a 12,82% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 12.719.994,38, demonstrando o pleno equilíbrio do plano.

2) Os dados cadastrais foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2017.

3) A População do plano é constituída de um participante ativo com 60 anos de idade e 14 aposentados, cuja idade média é de 74,71 anos e benefício médio de R$ 4.248,15.

4) Das Hipóteses Atuariais utilizadas:

Para projeção do passivo previdenciário dos planos, consideramos a documentação fornecida pela FAPERS e os dados que serviram de base para a avaliação atuarial dos anos anteriores.

Estas informações foram submetidas a um processo de validação, sendo os dados cadastrais analisados individualmente através de testes específicos. Estes testes determinaram a existência de informações que necessitavam de alterações ou ajustes. Após os ajustes efetuados, entendemos que as informações estavam consistentes para o processamento da avaliação atuarial.

As premissas utilizadas em nossos estudos foram as seguintes:

PLANO BD	
Premissas Econômicas e Financeiras	
Taxa real de desconto atuarial	4,39 % ao ano
Taxa real de crescimento salarial futuro	0,00% ao ano
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% ao ano
Fator de capacidade	100,00%
Indexador econômico	Variação do INPC

Premissas Demográficas	
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 (*)
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicado
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicado
Tábua de rotatividade	Não aplicado
Composição familiar	Experiência Regional

(*) Suavizada em 10%

Com relação à taxa de juros do Plano bem como a Tábua de mortalidade, tendo em vista a situação superavitária em que se encontrava o Plano até novembro/2017, e obedecendo ao disposto na legislação relativamente aos ajustes que devem ser feitos, estas premissas foram realinhadas de forma a manter o Plano em níveis mais seguros.

O impacto da adoção da nova taxa de juros, bem como a troca da tábua de mortalidade em 2017, aumentou as provisões matemáticas em 14,88%.

A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2017, foi de 9,35% contra uma meta atuarial de 7,12%, o que, representa obter 2,09% acima da meta atuarial, utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades.

5) O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2017, as seguintes aberturas:

Título	Valores
Patrimônio o Plano	R$ 12.719.994,38
Provisões Matemáticas	R$ 11.089.803,51
Benefícios Concedidos	R$ 9.794.287,56
Benefícios a Conceder	R$ 1.295.516,05
Superávit	R$ 1.630.190,87

6) Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e do Superávit Técnico, atestamos que os mesmos foram calculados por nossa Consultoria Atuarial Independente, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela FAPERS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

7) De acordo com a Resolução CNPC nº 22 de 25/11/2015, do valor total do Superávit Técnico de R$ 1.630.190,87, será registrado como Reserva de Contingência. Estes valores têm por objetivo dar cobertura a desvios desfavoráveis que venham a ocorrer em relação às hipóteses atuariais adotadas.

R$ MIL

Exercício	2017	2016
Provisões Matemáticas	11.089	9.749
Duration	8,73	8,73
Limite: 10% +(Duration x 1%) x PM	18,73%	18,73%
Reserva de Contingência	1.630	1.850
Superávit Acumulado	1.630	2.551
Reserva Especial para revisão do Plano	0	700

8) Com base na Portaria PREVIC nº 79, de 26 de janeiro de 2018, bem como a planilha fornecida pela Previc e a partir dos compromissos do Plano, com data base em dezembro/2017, chegamos aos seguintes resultados no Plano BD: 8,73 anos.

É o parecer.
Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2018.

P/Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira
Atuário MIBA 583

PARECER ATUARIAL (Plano de Benefício II – Plano Misto)

PARECER ATUARIAL 002/2018
Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2017 DO PLANO DE BENEFÍCIOS II – PLANO MISTO

A avaliação do Plano de Benefícios II – Plano Misto foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na legislação vigente.

1) A situação financeiro–atuarial do Plano de Benefícios II – Plano Misto apresentou, em 31/12/2017, um superávit técnico de R$ 1.834.461,85 equivalente a 1,09% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 168.409.645,14, demonstrando equilíbrio do plano.

2) Os dados cadastrais posicionados em 31/12/2017 foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2017.

3) A População do plano é assim constituída:

Categoria	Frequência	Benefício Médio	Idade Média
Ativos	757	R$ -	49,68
Aposentados	360	R$ 776,78	65,63
Temporarios	37	R$ 2.285,90	62,00
Inválidos	33	R$ 2.084,48	61,85
Pensionistas	53	R$ 2.519,69	65,22

4) Das Hipóteses Atuariais utilizadas:

As premissas utilizadas em nossos estudos foram as seguintes:

Premissas Econômicas e Financeiras	
Taxa real de desconto atuarial (*)	5,31 % ao ano
Taxa real de crescimento salarial futuro	0,00% ao ano
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% ao ano
Fator de capacidade	100,00%
Indexador econômico	Variação do INPC

(*) Só para Benefícios Concedidos

Premissas Demográficas	
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT 49
Tábua de Entrada em Invalidez	MULLER
Rotatividade	Não aplicado
Composição familiar	Experiência Regional

A taxa de juros foi mantida conforme Estudo Técnico Atuarial aprovado pelo Conselho Deliberativo, por meio da Deliberação nº 014/2017 da Ata nº 309 de 08 de novembro de 2017.

Apesar dos resultados dos estudos elaborados pela consultoria financeira da Fundação terem sido um pouco superior a essa taxa adotada, se optou pela manutenção da taxa vigente até então como uma forma de preservação do Plano.

5) A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2017, foi de 9,31% contra uma meta atuarial de 7,49%, o que, em termos reais, representa obter 1,70% acima da meta atuarial, utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades.

(*) A composição da meta atuarial foi de 5,31%, acrescida do INPC do período de 2,07%.

6) O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2017, as seguintes aberturas:

Benefícios Concedidos	R$	80.225.293,60
Benefícios a Conceder	R$	88.603.833,48
Provisões Matemáticas a Constiruir	-R$	2.253.943,79
Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas)	R$	166.575.183,29
Patrimônio de Cobertura do Plano	R$	168.409.645,14
Superávit	R$	1.834.461,85

7) Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos, e a Conceder e do Superávit Técnico, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela FAPERS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

8) De acordo com a Resolução CNPC nº 22 de 25/11/2015, do valor total do Superávit Técnico de R$ 1.834.461,85, será registrado integralmente como Reserva de Contingência.

R$ MIL

Exercício	2017	2016
Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos vitalícios	76.331	75.964
Duration	12,19	13,14
Limite: 10% +(Duration x 1%) x PM	22,19%	23,14%
Reserva de Contingência	1.834	1.637
Superávit Acumulado	1.834	1.637
Reserva Especial para revisão do Plano	0	0

9) Para o cálculo do *Duration* do Plano, com base na Planilha fornecida pela PREVIC, disposta na Portaria PREVIC nº 79, de 26 de janeiro de 2018, e a partir dos compromissos do Plano em dezembro/2017, chegamos aos seguintes resultados no Plano Misto: 12,19 anos.

10) Os custos dos benefícios de risco estão acima do valor cobrado atualmente, porém, tendo em vista o saldo existente atualmente na Conta para Cobertura dos Benefícios de Risco, no valor de R$ R$ 4.731.843,02, entendemos que não há necessidade de reajuste da alíquota de contribuição de 20,82% sobre o valor das contribuições normais dos patrocinadores.

É o parecer.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2018.
P/Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira
Atuário MIBA 583

PARECER ATUARIAL (Plano Geral Saldado – PGS)

PARECER ATUARIAL 003/2018

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2017 DO PLANO GERAL SALDADO - PGS.

A avaliação do Plano Geral Saldado – PGS foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na legislação vigente.

1) A situação financeiro–atuarial do Plano Geral Saldado - PGS apresentou, em 31/12/2017 um déficit técnico de R$ 3.876.181,70, equivalente a 1,55% do Ativo de Cobertura, então existente, de 250.706.774,19, demonstrando um pequeno desequilíbrio do plano.

2) Os dados cadastrais, posicionados em dezembro/2017, foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2017.

3) A População do plano é assim constituída:

Categoria	Frequência	Benefício Médio		Idade Média
Ativos	168	R$	1.352,11	57,72
Aposentados	455	R$	2.990,41	67,49
Pensionistas	61	R$	3.563,38	69,18

4) Das Hipóteses Atuariais utilizadas:

Premissas Econômicas e Financeiras	
Taxa real de desconto atuarial	(*) 5,30 % ao ano
Taxa real de crescimento salarial futuro	0,00% ao ano
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% ao ano
Fator de capacidade	100,00%
Indexador econômico	Variação do INPC

(*) A partir de dezembro/2016

Premissas Demográficas	
Tábua de mortalidade geral	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicado
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicado
Tábua de rotatividade	Não aplicado
Composição familiar	Experiência Regional

A taxa de juros foi mantida conforme Estudo Técnico Atuarial aprovado pelo Conselho Deliberativo, por meio da Deliberação nº 014/2017 da Ata nº 309 de 08 de novembro de 2017.

Apesar dos resultados dos estudos elaborados pela consultoria financeira da Fundação terem sido um pouco superior a essa taxa adotada, se optou pela manutenção da taxa vigente até então como uma forma de preservação do Plano.

5) A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2017, foi de 10,85% contra uma meta atuarial de 7,48%, o que, em termos reais, representa obter 3,14% acima da meta atuarial, utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades.

A composição da meta atuarial foi de 5,30%, acrescida do INPC do período de 2,07%.

6) O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2017, as seguintes aberturas:

Título	Valores	
Benefícios Concedidos	R$	242.715.079,56
Benefícios a Conceder	R$	53.420.441,84
Provisões Matemáticas a Constituir	R$	41.552.565,51
Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas)	R$	254.582.955,89
Patrimônio de Cobertura do Plano	R$	250.706.774,19
Déficit	R$	3.876.181,70

7) Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos, e a Conceder e do Déficit Técnico, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela FAPERS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

8) Com relação ao déficit técnico, cabe destacar que conforme o disposto na Resolução CNPC nº 22 de 25/11/2015 não há necessidade de equacionamento, tendo em vista que o limite apresentado abaixo é superior ao déficit existente.

Provisões Matemáticas PM	R$	254.582.955,89
Duration		11,10
1% x (duration - 4) x PM		7,10%
Limite	R$	18.075.389,87
Déficit	R$	3.876.181,70
Valor a equacionar	R$	-

9) Para o cálculo do *Duration* do Plano, com base na Planilha fornecida pela PREVIC, disposta na Portaria PREVIC nº 79, de 26 de janeiro de 2018, e a partir dos compromissos do Plano em dezembro/2017, chegamos aos seguintes resultados no Plano Saldado: 11,10 anos.

É o parecer.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2018.
P/Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira
Atuário MIBA 583

PARECER ATUARIAL (Plano de Benefícios PREVER)

PARECER ATUARIAL 004/2018
Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Ref.: Parecer Atuarial sobre o Balancete de 31.12.2017 do Plano de Benefícios PREVER

Preliminarmente cabe esclarecer que este Plano recebeu participantes do Plano de Benefícios II Plano Misto, por meio de migrações, com seus respectivos saldos de contas. Os saldos de contas CIV do Plano Misto que migraram para este Plano, foram convertidos em CIP como forma de incentivar a Migração. Em função disso, os saldos de contas dos participantes são bem superiores ao saldo da CIV.

1) Patrimônio Social, Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões Matemáticas e Fundos:

O Plano de Contribuição Definida da FAPERS, PLANO DE BENEFÍCIOS PREVER, é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Contribuição Definida, conforme normatização expressa na Resolução CGPC n° 16, de 22.11.2005.

As Provisões Matemáticas desse Plano, registradas no Demonstrativo Contábil do exercício de 2017, foram identificadas aos saldos de conta dos participantes e Patrocinador em 31.12.2017, e seus valores correspondem aos indicados na tabela abaixo, que demonstra a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas e dos Fundos do Plano CD FAPERS, em 31.12.2017:

Código	Descrição	Valores
2.3	PATRIMÔNIO SOCIAL	R$ 98.472.020,26
2.3.1	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	R$ 98.044.710,89
2.3.1.1	PROVISÕES MATEMÁTICAS	R$ 98.044.710,89
2.3.1.1.01	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R$ 10.889.358,73
2.3.1.1.01.01	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	R$ 10.889.358,73
2.3.1.1.01.01.01	SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	R$ 10.889.358,73
2.3.1.1.02	BENEFÍCIOS A CONCEDER	R$ 87.155.352,16
2.3.1.1.02.01	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	R$ 87.155.352,16
2.3.1.1.02.01.01	SALDO DE CONTAS – PARCELA PATROCINADOR(ES)/INSTITUIDOR(ES)	R$ 5.648.046,56
2.3.1.1.02.01.02	SALDO DE CONTAS – PARCELA PARTICIPANTES	R$ 81.507.305,60
2.3.1.1.03	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	R$ -
2.3.1.2	EQUILÍBRIO TÉCNICO	R$ -
2.3.1.2.01	RESULTADOS REALIZADOS	R$ -
2.3.1.2.02	RESULTADOS A REALIZAR	R$ -
2.3.2	FUNDOS	R$ 427.309,37
2.3.2.2	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	R$ 401.005,50
2.3.2.3	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	R$ 26.303,87

A Avaliação Atuarial de 2017 foi realizada com base no Regulamento do Plano, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), conforme Portaria nº 271, de 15.06.2016, e nas informações cadastrais dos Participantes e Assistidos abrangidos pelo Plano na data-base de 31.12.2017.

2) Frequência de participantes:

PREVER			
Categoria	**Frequência**	**Benefício Médio**	**Idade Média**
Ativos	859		44,78
Aposentados	76	R$ 1.335,51	63,77
Pensionistas	6	R$ 5.422,95	61,83
Total	941		

3) Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

As premissas atuariais representam o conjunto de variáveis ou hipóteses admitidas nas avaliações anuais para projeção dos compromissos do plano avaliado. Como os benefícios do Plano PREVER são estruturados na modalidade de Contribuição Definida, as Provisões Matemáticas correspondem aos saldos de contas formados pelas contribuições e, após a concessão do benefício, pela dedução dos valores pagos, acrescidas do retorno dos investimentos, não cabendo a utilização de hipóteses para determinação dos compromissos correspondentes.

Os regimes financeiros e os métodos atuariais têm por objetivo estabelecer a forma de acumulação dos recursos garantidores dos benefícios previstos pelo plano, ou seja, o modo de financiar esses benefícios. Na avaliação de benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, adota-se o Método de Capitalização Individual (ou Financeira), visto que os benefícios são obtidos a partir da capitalização das contribuições efetuadas no período decorrido entre a data de ingresso do participante no plano e a data de sua aposentadoria.

Neste caso, o Custo Normal equivale ao valor estimado das contribuições dos participantes definidas no plano de custeio para o próximo exercício e o Passivo Atuarial será equivalente ao saldo de conta acumulado. A estabilidade do custo no caso da adoção do Método de Capitalização Individual (ou Financeira) dependerá apenas das regras de cálculo das contribuições estabelecidas pelo plano avaliado.

4) Rentabilidade do Plano

A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2017, foi de 11,40%. Considerando a meta de rentabilidade que é 7,49%, pode-se dizer que o Plano teve um

ganho real de 3,64% utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades.

5) Considerações Finais

O Plano PREVER apresenta em 31/12/2017 Equilíbrio Técnico nulo, uma vez que o Patrimônio de Cobertura do Plano corresponde exatamente ao valor das Provisões Matemáticas avaliadas em de R$ 98.044.710,89, conforme demonstrado no item 1 deste parecer, bem como Fundo Administrativo no valor de R$ 401.005,50 e Fundo de Investimentos no valor de 26.303,87.

Esta situação ocorre em planos estruturados na modalidade de Contribuição Definida não é prevista a formação de superávit ou déficit técnico, pois os ganhos e perdas financeiras são repassados para os saldos de conta que são mantidos atualizados pela variação da cota patrimonial.

Este é o parecer.
Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2018.

P/Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira
Atuário MIBA 583

Ir para Índice

Relatório Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Imos. Srs.
Conselheiros e Diretores da Fundação ASSISTENCIAL E PREVIDENCIARIA DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL – FAPERS
Porto Alegre/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL O RIO GRANDE DO SUL - FAPERS, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL O RIO GRANDE DO SUL - FAPERS, e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL O RIO GRANDE DO SUL - FAPERS, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

a) Ajuste de Precificação

a.1) PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PBD-I

Chamamos a atenção para a Nota 15, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PBD-I. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2017, apresentou resultado positivo de R$ 359 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

a.2) PLANO DE BENEFÍCIOS II – PLANO MISTO

Chamamos a atenção para a Nota 15, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do PLANO DE BENEFÍCIOS II – PLANO MISTO. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2017, apresentou resultado positivo de R$ 4.664 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

a.3) PLANO GERAL SALDADO – PGS

Chamamos a atenção para a Nota 15, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do PLANO GERAL SALDADO - PGS. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2017, apresentou resultado positivo de R$ 6.778 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da Fundação ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL O RIO GRANDE DO SUL - FAPERS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 02 de março de 2017 com

uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis, com ênfase sobre os mesmos assuntos do parágrafo de ênfase acima.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, somos requeridos a comunicar esse fato. Até a data de emissão do nosso relatório não havíamos recebido o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos pelo que nada temos a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL O RIO GRANDE DO SUL - FAPERS continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL O RIO GRANDE DO SUL - FAPERS, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL O RIO GRANDE DO SUL - FAPERS são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo

nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria não sendo identificadas deficiências nos controles internos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 14 de março de 2018.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC RS-001544/O-3

MARCELO SOUZA MARQUES DO COUTO
CONTADOR CRC RS-50671

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstrações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e por Plano de Benefícios - DPGA, Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios - DPT e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, todas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017. Com base nos exames efetuados, considerando ainda os Pareceres do Atuário, a respeito do Plano de Benefícios I-PBD-I, do Plano de Benefícios II-Plano Misto, Plano Geral Saldado-PGS e Plano de Benefícios Prever emitidos em fevereiro de 2018, pela Equipe Atuarial Ltda e do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, pela Exacto Auditoria S/S, datado de 14 de março de 2018, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação dos referidos documentos.

Porto Alegre, 21 de março de 2018.

Conselheiros Titulares	Conselheiros Suplentes
Mario Luiz Landerdahl Presidente	-----
Almir Laureano Fernandes Secretário	Cleci Santos Girardi
Gladimir Ramos de Souza (em exercício)	------

Manifestação do Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo da Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e baseado nos Pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial Externa e do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, delibera pela aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2017, em reunião realizada nesta data, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstrações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e por Plano de Benefícios - DPGA, Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios – DPT e as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

Porto Alegre, 27 de março de 2018.

Conselheiros Titulares	Conselheiros Suplentes
Dirlei Matos de Souza Presidente	Jaime Eduardo Ries
Ricardo Capelli Vice-Presidente	Gilceu Antonio Cippolat
José Claudio Secchi Motta Secretário	-
Claudinei Moisés Baldissera	-
Gianfranco Luis Bratta	-
Antonio Conte (Em exercício)	-
Adão Bertier Rodrigues	Marli Theresinha Bühler